



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XX — Nº 14

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 25 DE FEVEREIRO DE 1965

ATA DA 1ª REUNIÃO PREPARATÓRIA, EM 24 DE FEVEREIRO DE 1965.

3ª Sessão Legislativa da 5ª Legislatura

PRESIDENCIA DOS SENHORES NOGUEIRA DA GAMA E MOURA ANDRADE

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena
Oscar Passos
Vivaldo Lima
Edmundo Levi
Zacharias de Assumpção
Cattete Pinheiro
Lobão da Silveira
Eugênio Barros
Sebastião Archer
Victorino Freire
Joaquim Parente
Sigefredo Pacheco
Menezes Pimentel
Antônio Jucá
Wilson Gonçalves
Dix Huit Rosado
Dinarte Mariz
Walfredo Gurgel
Argemiro de Figueiredo
João Agripino
Barros Carvalho
Pessoa de Queiroz
Ermírio de Moraes
Rui Palmeira
Arnon de Melo
Heribaldo Vieira
José Leite
Alcysio de Carvalho
Antônio Balbino
Jefferson de Aguiar
Eurico Rezende
Raul Giuberti
Miguel Couto
Vasconcellos Torres
Aurélio Vianna
Gilberto Marinho
Faria Tavares
Benedicto Valladares
Nogueira da Gama
Padre Calazans
Lino de Mattos
Moura Andrade
José Feliciano
Filinto Müller
Bezerra Neto
Adolpho Franco
Mello Braga
Antônio Carlos
Atílio Fontana
Guido Mondin
Daniel Krieger
Mem de Sá
José Guilomard

SENADO FEDERAL

Arthur Virgílio
Ruy Carneiro
Dylton Costa
Josaphat Marinho
Afonso Arinos
Pedro Ludovico
Lopes da Costa

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — A lista de presença acusa o comparecimento de 60 srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sobre a mesa, comunicação que vai ser lida pelo Sr. 1º Secretário.

É lida a seguinte

COMUNICAÇÃO

Senhor Presidente,

Para os efeitos regimentais comunico à Mesa que volto a readotar a legenda da União Democrática Nacional, em vista de haverem cessado os motivos que me levaram a dela desligar-me.

Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 1965. — Heribaldo Vieira.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — A Mesa fica ciente.

Acha-se presente o Sr. Dylton Araújo Rodrigues Costa, Suplente convocado para substituir o nome Senador Julio Leite, durante a licença concedida a esse representante do Estado de Sergipe.

Nos termos do Art. 6º, § 2º, do Regimento Interno, S. Exª passará a participar dos trabalhos da Casa, dispensado do compromisso regimental, visto já o haver prestado ao ensejo de sua primeira convocação.

Sobre a mesa comunicação que vai ser lida.

É lida a seguinte

COMUNICAÇÃO

Em 24 de fevereiro de 1965.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de comunicar a V. Exª a vista do disposto nos artigos 72, parágrafo único, do Regimento Interno, que, voltando ao exercício da representação do Estado de Sergipe em substituição ao Sr. Senador Julio Leite, conservarei o nome parlamentar adotado ao ensejo da mi-

nha primeira investidura, abaixo consignado e integrarei a bancada do Partido Republicano.

Atenciosas saudações. — Dylton A. Rodrigues Costa — Assinatura por extenso. Nome parlamentar: Dylton Costa.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O Regimento Interno do Senado dispõe, em seu art. 2º o seguinte:

“Art. 2º A sessão legislativa ordinária será precedida de reuniões preparatórias, que obedecerão às seguintes normas:

a) realizar-se-ão às 14 horas e 30 minutos, com o quorum mínimo de 17 Senadores;

b) a direção dos trabalhos caberá à Mesa que houver sido eleita para a sessão legislativa anterior, dela excluídos, no início de legislatura, os que tiverem sido extinto o mandato de Senador;

d) terão início:
— no dia 1º de fevereiro no começo de legislatura;
— no dia 24 do mesmo mês, nas sessões legislativas subsequentes à primeira;

f) nas sessões legislativas subsequentes à primeira da legislatura, far-se-á a eleição do Presidente na primeira reunião preparatória e a dos demais membros da Mesa no dia seguinte.

Art. 56. A eleição dos membros da Mesa far-se-á em escrutínio secreto e maioria de votos dos Senadores presentes

§ 1º A eleição, observado o disposto no art. 72, far-se-á em cinco escrutínios, na seguinte ordem:

- I — para o Presidente;
- II — Para o Vice-Presidente;
- III — para o 1º e 2º Secretários;
- IV — para o 3º e 4º Secretários;
- V — para os Suplentes de Secretário.

Na presente reunião deverá ser eleito o Presidente do Senado.

Vai-se passar à eleição.

Ao ser chamado, cada Senador depositará na urna a sobrecarta contendo o seu voto.

O Sr. 1º Secretário vai dar início à chamada, do Norte para o Sul.

Procede-se à chamada

RESPONDEM A CHAMADA OS

SENHORES SENADORES:

Adalberto Sena
Oscar Passos
Vivaldo Lima
Edmundo Levi
Arthur Virgílio
Zacharias de Assumpção
Cattete Pinheiro
Lobão da Silveira
Eugênio Barros
Victorino Freire
Joaquim Parente
Sigefredo Pacheco
Menezes Pimentel
Antônio Jucá
Wilson Gonçalves
Dinarte Mariz
Walfredo Gurgel
Ruy Carneiro
Argemiro de Figueiredo
João Agripino
Barros Carvalho
Pessoa de Queiroz
Ermírio de Moraes
Rui Palmeira
Arnon de Melo
Heribaldo Vieira
Dylton Costa
José Leite
Alcysio de Carvalho
Antônio Balbino
Josaphat Marinho
Jefferson de Aguiar
Eurico Rezende
Raul Giuberti
Miguel Couto
Vasconcellos Torres
Afonso Arinos
Gilberto Marinho
Aurélio Vianna
Faria Tavares
Benedicto Valladares
Nogueira da Gama
Padre Calazans
Lino de Mattos
Moura Andrade
José Feliciano
Pedro Ludovico
Lopes da Costa
Filinto Müller
Bezerra Neto
Adolpho Franco
Mello Braga
Antônio Carlos
Atílio Fontana
Guido Mondin
Daniel Krieger
Mem de Sá (e
Sebastião Archer (58).

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Vai-se proceder à abertura da urna, para a contagem das sobrecartas.

(Procede-se à abertura da urna)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Foram encontradas, na urna, 58 sobrecartas —

número que coincide com o dos votantes.

Vai-se proceder à abertura das sobrecartas, para a contagem dos votos, os quais serão anunciados à medida que forem sendo abertas as sobrecartas.

O Sr. 2º Secretário deverá anotar os resultados.

(Procede-se à abertura das sobrecartas).

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Terminada a apuração, foi encontrado o seguinte resultado:

Senador Moura Andrade — 52 votos (Palmas prolongadas).

Senador Menezes Pimentel — 1 voto.

Senador Walfredo Gurgel — 1 voto.

Em branco — 4 votos.

Proclamo eleito Presidente do Senado o nobre Senador Moura Andrade. Convido S. Ex.ª a assumir seu lugar à mesa. (Palmas).

Assume a Presidência o Sr. Senador Moura Andrade.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade, lê o seguinte discurso):

Senhores Senadores, agradeço mais esta demonstração de confiança, de amizade e de apoio, que recebo dos Senhores Senadores.

Foram anos difíceis os que me ficaram reservados como Presidente do Senado e do Congresso Nacional. No que tange à parte administrativa, por força da transferência da Capital para Brasília, todo um plano de organização, aperfeiçoamento e desenvolvimento dos setores da Casa, teve de ser executado nesse período.

Pudemos iniciar e concluir obras da mais alta significação, que colocaram a serviço do Senado os mais modernos e apropriados instrumentos de trabalho, que hoje nos asseguram o cumprimento de nossas atividades dentro de padrões técnicos de velocidade e perfeição capazes de oferecer os mais elevados índices de eficiência à atividade parlamentar.

Todos os projetos de nossa administração foram cumpridos, incluindo o de autonomia e de auto-suficiência do Senado quanto à sua imprensa, aos seus trabalhos gráficos, ao sistema eletrônico e ao de energia elétrica, além de serviços administrativos novos que foram previstos na planificação e que vêm produzindo os melhores resultados.

No ano passado deu-se início ao projeto do Rádio do Congresso Nacional, tendo sido realizadas as concorrências, e com base nelas firmados os respectivos contratos, já em vias de execução e com prazos relativamente curtos para seu término, que se espera para dentro de doze meses.

Em reunião conjunta da Mesa do Senado com a Mesa da Câmara dos Deputados já é que foram promovidas essas medidas, tendo sido designados para acompanhá-las o Senhor Senador Pessoa de Queiroz, pelo Senado Federal e o Senhor Deputado Oskar Corrêa, pela Câmara dos Deputados.

As Mesas que nesse tempo estiveram sob minha Presidência, realizaram uma árdua e profícua administração, e, ao mesmo tempo em que foram anos de investimentos e realizações, caracterizaram-se também por um profundo e rigoroso sentido de economia na aplicação das verbas orçamentárias.

Grande parte dessas obras foi fruto de saldos obtidos de uma severa contenção de despesas.

Durante esse período o País viveu momentos supremos de sua história. Sobre a Nação pairou a ameaça de grandes tragédias, de terríveis riscos

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO FERREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASÍLIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 50,00

Ano Cr\$ 96,00

Exterior

Ano Cr\$ 136,00

FUNCIONÁRIOS

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 39,00

Ano Cr\$ 76,00

Exterior

Ano Cr\$ 108,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementes às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

Nessas oportunidades, por três vezes, principalmente, em 61, diante da renúncia do Presidente da República, em 62, na crise institucional do parlamentarismo e em 64, frente a um movimento armado, o Presidente desta Casa, nessa condição e na de Presidente do Congresso Nacional, acreditava ter oferecido à Nação e à democracia, ao povo e ao Congresso, a paz brasileira e às liberdades públicas, tudo quanto dele era lícito esperar e muito mais do que ele imaginava que poderia fazer.

Hoje ainda existem profundas apreensões. O sismógrafo desta Presidência continua registrando abalos na ordem institucional.

Recebo, por isto, esta investidura com a plena consciência das responsabilidades que me ficam sobre os ombros e com a mesma serenidade, firmeza e convicção democrática com que aceitei, em todos os instantes, os deveres que me foram impostos.

Penso que nestas horas é muito importante, pelo quanto representa de afirmativo, que os democratas estejam presentes aos esforços populares de fortalecimento da democracia.

Com estas palavras reitero meus agradecimentos, e prometo continuar lutando por esta Casa, pela Constituição, por todas as verdades do regime — instrumento da paz do povo, de seu bem-estar, de sua liberdade e de sua prosperidade. (Palmas prolongadas).

Srs. Senadores, os objetivos desta reunião, nos termos do Regimento Interno, estão cumpridos.

Convoco os Srs. Senadores para a sessão de amanhã, às 14 horas e 30 minutos, em que será eleito o restante da Mesa do Senado Federal.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 15 minutos).

Atos do Diretor-Geral

O Diretor-Geral, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 270, item I, da Resolução nº 6, de 1960, licença para tratamento de saúde aos seguintes funcionários:

— Ernande de Alcântara Oliveira, Lavador de Automóvel, PL-13, entre 20.11 e 4.12.64, totalizando 15 dias, por acidente no trabalho (DP-1.336 de 1964).

— José Euvaldo Peixoto, Taquígrafo de Debates, PL-3, entre 1º e 20 de outubro de 1964, num total de 20 dias. (DP — 1.349.64).

— Rubens Pinto Duarte, Diretor, PL-1, a partir de 5.11.64, num total de 30 dias. (DP — 20-65).

Deferiu, de acordo com o artigo 158, da Resolução nº 6, de 1960 e de conformidade com Certidão anexa, o requerimento de

— Hélio de Passos, Auxiliar de Secretaria FT-5 do Quadro Anexo, no período de 23 a 30.11.64 (DP — 1.354.64).

Deferiu, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 160, item II da Resolução nº 6, de 1960, e de conformidade com os documentos anexos, os seguintes requerimentos:

DP — 263-64 — de Luiz Fernando de Sá Mendes Vianna, Redator de Anais e Documentos Parlamentares, PL-3, em que solicita licença para se ausentar de Brasília a partir de 16 de março de 1964.

DP — 30-65 — de Luiz Fernando de Sá Mendes Vianna, Relator de Anais e Documentos Parlamentares, PL-2, em que solicita licença para se ausentar de Brasília a partir de 16 de novembro a fim de prestar provas na Faculdade de Direito da Universidade Católica de Petrópolis.

Concedeu, de acordo com o artigo 274, da Resolução nº 6, de 1960, li-

cença gestante às seguintes funcionárias:

— Anna Maria Sobral Teixeira Soares Oficial Legislativo PL-6 do Quadro Anexo a partir de 4 de janeiro de 1965. (DP — 25-65).

Concedeu, de acordo com o artigo 160, item 35, da Resolução nº 6, de 1960, salário-família aos seguintes funcionários:

— Alfredo Rodrigues Teixeira Neto, Emendador, FT-2, em relação a sua esposa Lucília Pinto Teixeira e a seus filhos Maria Helena e Joana D'Arc de Moraes, a partir de janeiro de 1964. (DP-1.267-64).

— Francisco José Fernandes, Auxiliar-Legislativo, PL-10, em relação a seus filhos Fernando e Maria Helena Junqueira Fernandes e a sua dependente Isete de Andrade, a partir de dezembro de 1964. (DP-1.366-64).

— Manoel Bezerra Laranjal, Auxiliar de Limpeza, PL-15, em relação a sua esposa Almerinda Muniz Bezerra Laranjal e às suas filhas Carmem Vitória e Selma Suzana Muniz Bezerra Laranjal, a partir de dezembro de 1964. (DP-46-65).

— João Elias de Araujo, Motorista, PL-10, em relação a seus filhos Edson, Edmilson e Edna e a sua esposa Raimunda Adalgisa Dantas Araujo, a partir de dezembro de 1964. (DP — 47-65).

— Silson Sathler, Motorista, PL-10, em relação a seu filho Sílvio Elias Sathler, a partir de dezembro de 1964. (DP-51-65).

— Octaciano da Costa Nogueira Filho, Auxiliar-Legislativo, PL-9, em relação a sua esposa Adélia Marques Frade Nogueira e a seus filhos Carla Patricia, Carlos Murilo e Ricardo Cesar Frade Nogueira, a partir de dezembro de 1964. (DP-61-65).

— Jayme Corrêa de Sá, Noticiarista de Radiodifusão, PL-8, em relação a sua filha Eliane Corrêa de Sá, a partir de janeiro de 1965. (DP-69-65).

— Ubaldo Gonçalves, Auxiliar de Portaria, PL-10, em relação a sua filha Daisy Nunes Gonçalves, a partir de janeiro de 1965. (DP-70-65).

— Justino Lira Mendes, Motorista, PL-9, em relação a sua filha Lindalva Cavalcante Mendes a partir de janeiro de 1965. (DP-71-65).

Abonou, de acordo com as atribuições que lhe são conferidas pelo art. 160, itens 11 e 37 do Regulamento da Secretaria, e de conformidade com os respectivos atestados médicos, as faltas relativas ao mês de janeiro de 1965, dos seguintes funcionários:

— Francisco de Assis Neves, Auxiliar-Legislativo, PL-9, nos dias 4 e 7;

— Evandro de Almeida Mauro, Auxiliar-Legislativo, PL-10, no dia 4;

— Rubem Patu Trezena, Auxiliar-Legislativo, PL-8, nos dias 4 e 5;

— Francisco Sampaio de Carvalho, Auxiliar-Legislativo, PL-10, no dia 13;

— José Nunes da Silva, Compositor-Paginador, FT-3, nos dias 13, 14 e 15;

— Sylvia Minazi Mantovani, Auxiliar-Legislativo, PL-7, nos dias 15 e 20;

— Mário Nelson Duarte, Auxiliar-Legislativo, PL-10, no dia 15;

— Ogoberto Paiva do Nascimento, Auxiliar de Limpeza, PL-15, no dia 19;

— Humberto Sarli, Linotipista, FT-2, nos dias 19 e 22;

— Eduardo Jorge Caldas Pereira, Auxiliar-Legislativo, PL-9, no dia 20;

— Luiz Fernando de Sá Mendes Vianna, Redator de Anais e Documentos Parlamentares, PL-2, nos dias 21, 22 e 23, levando a conta de licença para tratamento de saúde os dias 24 e 25;

— Ben Hur Corrêa, Encadernador, FT-3, no dia 22;

— Mário Jager, Auxiliar de Limpeza, PL-15, nos dias 25, 26 e 27;

— Francisco Carneiro Nobre de Lacerda Neto, Auxiliar-Legislativo, PL-10, nos dias 28 e 29;

— Aloysio Costa Oliveira, Técnico de Ar Refrigeração, FT-3, no dia 28;

Abençoou, de acordo com as atribuições que lhe são conferidas pelo art. 160, itens 11 e 37 do Regulamento da Secretaria, e de conformidade com os respectivos atestados médicos, as faltas, relativas ao mês de fevereiro de 1965, dos seguintes funcionários:

— João Batista de Araújo, Auxiliar de Limpeza, PL-15, nos dias 29, 30 e 31 de janeiro e 1º, 2 e 3, de fevereiro, levando a conta de licença para tratamento de saúde os dias 4 e 5;

— Waldemar José de Souza, Emendador, FT-2, nos dias 1º e 2;

— Wilson Pereira de Carvalho, Auxiliar de Portaria, PL-9, 1º e 2;

— Roberto Saraiva Barbosa, Auxiliar de Limpeza, PL-11, nos dias 1º e 2;

— Lygia Camargo Falbo, Auxiliar de Secretaria Substituto, FT-5, nos dias 1º e 2;

— Francisco Olimpio Gomes, Auxiliar de Portaria, PL-8, nos dias 3, 4 e 5, levando a conta de licença para tratamento de saúde os dias 6 e 7;

— Nilson Roberto de Novaes Carneiro Campello, Auxiliar Legislativo, PL-9, nos dias 3, 4 e 5;

— Mary Farias de Albuquerque, Oficial Legislativo, PL-6, nos dias 3 e 4;

— Léa Augusta da Silveira Lobo R. Castro, Oficial Legislativo, PL-6, no dia 4;

— Celina Ferreira Franco, Taquígrafo-Revisor, PL-2, no dia 4;

— Carlos Torres Pereira, Taquígrafo de Debates, PL-3, no dia 4;

— Iry Pery de Lauro Faria, Auxiliar Legislativo, PL-9, nos dias 4 e 5;

— Humberto Sarii, Encadernador, FT-3, nos dias 4 e 5;

— Sebastião Figueira Santana, Conservador de Ar Condicionado, FT-6, no dia 5;

— Sylvia Minazi Mantovani, Auxiliar Legislativo, PL-7, no dia 5;

— Regina Pelosi Silva, Auxiliar Legislativo, PL-9, no dia 8;

— Jupy Pereira de Oliveira, Auxiliar de Limpeza, PL-15, no dia 8;

— Mariza Carvalho de Oliveira, Auxiliar Legislativo, PL-9, no dia 8;

— Victor Lobo, Auxiliar de Portaria, PL-9, no dia 8;

— Ogoberto Paiva do Nascimento, Auxiliar de Limpeza, nos dias 8 e 9;

— Hélio Augusto da Silveira, Ajudante da Portaria, FT-7, no dia 9;

— Paulo Costa de Oliveira Filho, Auxiliar de Portaria, PL-10, no dia 9;

— Luiz Lourenço, Auxiliar de Portaria, PL-10, no dia 9;

— Maria Eliza Nogueira Lodo, Oficial Bibliotecária, PL-5, no dia 9;

— Ivan Braga, Ajudante da Portaria, FT-5, no dia 9;

— Luiz Fernando de Sá Mendes Vianna, Redator de Anais e Documentos Parlamentares, PL-2, nos dias 9 e 10;

— Henard de Moura Saldanha, Auxiliar de Limpeza, PL-15, no dia 10;

— Fernando Urbano, Auxiliar de Limpeza, PL-15, no dia 10;

— Irene Stella Homem da Costa, Taquígrafo-Revisor, PL-2, no dia 10;

— José Ferreira Lima, Auxiliar de Limpeza, PL-15, nos dias 10 e 11;

— Demerval Gomes Ribeiro, Servente de Administração, FT-3, no dia 11;

— Diva Falconi Carvalho, Auxiliar Legislativo, PL-3, no dia 11;

— Republicar, frequência de Arthur Boteiho Casado Lima no período de 17 a 28 de agosto de 1964, por ter saído com incorreções;

— dia 17, ponto registrado;

— dias 18 a 27, licença nojo. de acordo com o artigo 158 da Resolução nº 6, de 1960;

— dia 23, falta abonada, de acordo com atestado médico.

— Diretoria do Pessoal, em 22 de fevereiro de 1965. — Maria do Carmo Rondon Ribeiro Saraiva, Diretora.

c) Rações para Pecuária e Avicultura; e

d) Reforma Agrária e sua execução.

VII — Os temas abaixo relacionados ficarão a cargo da Comissão, a qual, após ouvir representantes dos órgãos especificados elaborará um trabalho em conjunto:

a) Rotações de Culturas — será solicitada, oportunamente, a contribuição do Ministério da Agricultura e do Instituto Agrônomo de Campinas;

b) Mecanização Agrícola e Irrigação — será também pedida a cooperação do Ministério da Agricultura e do Instituto Agrônomo de Campinas; e

c) O Ensino Agrícola e seu Desenvolvimento — para o estudo deste assunto a Comissão solicitará a cooperação da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário.

Finalizando os trabalhos, o Senhor Presidente, reafirma os seus propósitos anteriores de batalhar em prol da solução dos problemas e, na oportunidade, apela aos Senhores Relatores designados no sentido de prestarem eficiente colaboração a este órgão técnico, porquanto, de conformidade com os artigos 233 (inciso I — letra a) e 243, do Regimento Interno, caso aprovados, estes trabalhos poderão ser convertidos em Projetos e apresentados ao Plenário pela Comissão.

As notas taquigráficas, por determinação do Senhor Presidente, serão publicadas como anexo da presente ata.

O Senhor Presidente, às vinte e duas horas e cinquenta minutos, levanta a presente reunião para a lavratura da ata.

Os trabalhos, às vinte e três horas e quarenta minutos, são reabertos sendo procedida a leitura da ata que, sem restrições, é aprovada. E nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião e, para constar, eu, J. Ney Passos Dantas, Secretário da Comissão lavrei a presente ata que vai assinada pelo Senhor Presidente e demais membros da Comissão. — (a) Senador José Ermirio, Presidente; Senador Antônio Carlos; Senador Atilio Fontana; Senador Dix-Huit Rosado; Senador Eugênio Barros; Senador José Feliciano; e Senador Melo Braga.

ANEXO A ATA DA 1ª REUNIÃO, CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 17 DE FEVEREIRO DE 1965

PUBLICAÇÃO DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO

O SR. PRESIDENTE (Senador José Ermirio) — Havendo número legal, está aberta a reunião.

Tem a palavra o Sr. Secretário da Comissão para proceder à leitura da ata.

O SR. SECRETÁRIO DA COMISSÃO — (Lê a ata).

O SR. PRESIDENTE (Senador José Ermirio) — Em discussão a ata. (Pausa).

Se nenhum dos Srs. Senadores de-sejar fazer uso da palavra, encerra-se a discussão.

Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam a ata, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovada.

Tem a palavra o nobre Senador José Feliciano para proceder à leitura de seu parecer sobre o Projeto de Lei nº 79, de 1964.

O SR. JOSÉ FELICIANO (Relator) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, como Relator designado na Comissão de Agricultura, passo a emitir parecer sobre o Projeto de Lei da Câmara número 79, de 1964 (nº 2.626-B-61, na

Câmara), que "Cria a Escola Agrícola de Caconde, no Estado de São Paulo, e dá outras providências".

O projeto em apreço, de iniciativa do Poder Executivo, visa a criar a Escola Agrícola de Caconde, no Estado de São Paulo, subordinada à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura e com a finalidade de ministrar os cursos previstos para o Ensino Agrícola, de conformidade com o disposto no Decreto-lei nº 9.613, de 1946.

Na Exposição de Motivos que acompanha o projeto do Governo, ressalta o então titular da pasta da Agricultura que a instalação de escolas agrícolas nos meios rurais, sobretudo nos mais carentes dos benefícios da instrução especializada, constitui a melhor contribuição que se pode emprestar ao desenvolvimento social e econômico de suas populações.

A agricultura e a pecuária, como se sabe, representam dois setores de maior participação na renda nacional. Esta contribuição, porém, oferece uma tendência de inferioridade em seus valores percentuais em comparação com outros setores ou parcelas da economia brasileira, notadamente o industrial.

Dai a razão por que se deve reclamar das autoridades maior atenção para a vida agrícola do nosso país.

Dai porque, também, não se pode justificar uma política que preconize a canalização exclusiva de auxílios e incentivos à indústria, em detrimento do setor agrícola, tão necessitado de incentivos para um aproveitamento mais efetivo e amplo de sua capacidade potencial.

Assista-nos tanto mais razão as fazermos estas observações quando sabemos que, de 1882 a 1950, diplomaram-se no Brasil apenas 5.687 agrônomos. Este o resultado de 70 anos de trabalho. Mas, naquele mesmo ano, haviam-se matriculado no Curso Primário 5 175.837 alunos e, no curso agrícola, somente 10.940. Dêtes apenas se diplomaram 1.684.

A orientação e fiscalização do ensino agrícola e veterinário nos seus diferentes graus a cargo da S.F.A.V. do Ministério da Agricultura está a exigir crescentes esforços e auxílios especiais para que as populações rurais do Brasil possam obter sua integração nos objetivos globais de desenvolvimento social e econômico brasileiro.

Ora, as condições sócio-econômicas das populações camponesas, decorrentes, em grande parte, da ausência de conhecimentos apropriados ao desenvolvimento da vida do campo, caracterizam-se pelo desajuste entre sua formação educacional e suas necessidades mais prementes, agravadas por uma conhecida insuficiência quantitativa de matrículas em todos os ramos e níveis do ensino agrícola.

De fato, mais do que em qualquer outro tipo de ensino, manifesta-se, no agrícola e veterinário, a inadequação e insuficiência entre o tipo de ensino propiciado e as necessidades de desenvolvimento do País.

Tal situação, se não se corrige com a simples expansão de escolas especiais agrícolas, industriais e comerciais, mas com a mudança de estrutura já encetada com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, só será minorada com a ampliação da rede de estabelecimentos especializados a fim de que o Governo possa atender ao número crescente de candidatos à matrícula nessas escolas.

Ademais, o acentuado desnível já salientado acima entre a agricultura e as demais atividades econômicas, por só justificar que o Governo ponha em prática vigorosa política econômica integrada no conjunto de medidas tendentes ao desenvolvimento equilibrado da Nação.

ATA DAS COMISSÕES

Comissão de Agricultura

1ª REUNIÃO, CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 17 DE FEVEREIRO DE 1965

As vinte e uma horas do dia dezesseite de fevereiro do ano de mil novecentos e sessenta e cinco, na Sala de reuniões da Comissão de Relações Exteriores, sob a presidência do Senhor Senador José Ermirio, Presidente, presentes os Senhores Senadores Antônio Carlos — Atilio Fontana — Dix-Huit Rosado — Eugênio Barros — José Feliciano, reúne-se a Comissão de Agricultura.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Lopes da Costa e Júlio Leite.

É dispensada a leitura da ata da reunião anterior, e, em seguida aprovada.

Abrindo os trabalhos, o Senhor Presidente, concede a palavra ao Senhor Senador José Feliciano para, na qualidade de relator, proferir parecer sobre o "Projeto de Lei da Câmara número 79, de 1964 (Projeto de Lei número 2.626-B-61 — Na Casa de Origem)", que "Cria a Escola Agrícola de Caconde, no Estado de São Paulo".

O Senhor Senador José Feliciano, na qualidade de relator, usa da palavra a emitir parecer conclusivo pela aprovação do projeto nos termos propostos na mensagem do Executivo.

Em discussão e posterior votação é o parecer aprovado por unanimidade.

A seguir, o Senhor Presidente, passa a submeter à discussão, por parte, os temas que serão debatidos e focalizados na próxima sessão legislativa ordinária.

O Senhor Presidente, prosseguindo, em apoio as suas afirmativas, coloca à disposição dos Senhores Membros

da Comissão farta documentação relacionada com os problemas por Sua Excelência abordados durante o transcorrer dos debates.

Concluindo, aprovados os temas, são designados os seguintes relatores:

I — O Senhor Senador Antônio Carlos apresentará trabalhos sobre os seguintes assuntos:

a) Ministério da Agricultura e sua organização;

b) Cooperativismo e Pesca.

II — O Senhor Senador Atilio Fontana se encarregará do estudo de:

a) Financiamento Agrícola;

b) Seguro Agrícola;

c) Garantia de Preços; e

d) Transporte e Desemprego.

III — O Senhor Senador Dix-Huit Rosado terá a seu cargo os seguintes temas:

a) Sisal;

b) Sal; e

c) Forragens Xerófilas.

IV — O Senhor Senador Eugênio Barros se incumbirá do estudo dos seguintes assuntos:

a) Arroz;

b) Milho; e

c) Arame Farpado.

V — O Senhor Senador José Ermirio se encarregará da elaboração de trabalhos sobre os assuntos abaixo discriminados:

a) Trigo;

b) Cacaú;

c) Açúcar;

d) Fertilização do Solo;

e) Micologia; e

f) Reflorestamento.

VI — O Senhor Senador José Feliciano terá a seu cargo os seguintes temas:

a) Pecuária — Alfaca e pastagens;

b) Soja;

Orá, a agricultura, sendo parte fundamental da estrutura econômica e promotora primária do seu dinamismo, deve merecer especiais e efetivos auxílios do Governo, notadamente no setor de seu ensino especializado, uma vez que, sem ele, não terá autenticidade nem consistência qualquer plano que vise a dinamizar o progresso nacional e o bem-estar coletivo.

Impõe-se, destarte, ao Governo a relevante missão de prover as áreas rurais de recursos orientados pela ciência e pela técnica, capazes de proporcionar rentabilidade aos empreendimentos agropecuários, condicionados ao bem-estar da comunidade brasileira.

Por estas razões, a Comissão de Agricultura julga inteiramente justo e mercedor de aprovação o presente projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Ermírio) — Sabemos que o Brasil é pobre em técnica agrícola. Um país pequeno como a Dinamarca forma, por ano, 129 técnicos agrícolas nas escolas superiores e 200 nas escolas agrícolas menores enquanto no Brasil a situação é agravante. Quanto mais desenvolvermos o ensino agrícola, melhores condições terá o país para enfrentar o problema do desenvolvimento agrícola.

Está em discussão o parecer.

O SR. JOSÉ FELICIANO (Relator) — No que diz respeito ao número de profissionais, a nossa situação é alarmante. O CREA dá como registrados apenas 2.000 engenheiros agrônomos, no País, mais ou menos. A veterinária, como profissão, não tem nem mesmo uma entidade, não existe uma Sociedade de Veterinária que faça o registro dos seus associados profissionais.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Ermírio) — No Ministério da Agricultura procurarei dar maior valor ao veterinário. Quando nomeava uma comissão, sempre indicava um veterinário para os assuntos que lhe competiam.

O SR. JOSÉ FELICIANO (Relator) — Além da parte econômica da profissão, do pequeno rendimento que ela proporciona ao seu titular, ainda existe a mentalidade de se considerar a atividade rural como uma profissão que deprecia o valor humano, o valor da sua parte social, isto é, o valor do homem rural como integrante da sociedade, esse valor humano vamos dizer, do homem rural, do homem ligado aos problemas da vida do campo.

O SR. MELO BRAGA — O poder público nunca deu ao agrônomo a expressão que ele realmente merece. Estou interessado em um projeto da Câmara dos Deputados que dá vencimentos de 6 salários-mínimos aos engenheiros e que poderia atribuir também ao engenheiro agrônomo. No Paraná, em 1937 quando interventor o sr. Moraes Ribas, este acabou recrutando os engenheiros agrônomos que já existiam mandando mesmo buscá-los fora do Estado, para nomeá-los prefeitos. Ser agrônomo era condição primeira para ser prefeito. Cuidou, ainda, do menor desamparado dando-lhe conhecimentos de agricultura evitando atritos entre menores de 18 anos e a polícia.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Ermírio) — Acresce o fato de ter sido relegado a plano inferior o valor do produto. Temos um exemplo: nos Estados Unidos, em 1920 o homem do campo vendia 3 quilos e meio de algodão para comprar um bom machado; anos mais tarde, já precisava vender 7 quilos. O produto industrial valoriza, enquanto o agrícola perde valor.

O SR. JOSÉ FELICIANO (Relator) — No Brasil, a situação é pior. Em 1963, no Rio de Janeiro, um automóvel estava por um milhão e duzentos e tantos mil cruzeiros.

No Rio de Janeiro, em 1963, estava pelo preço de um milhão e duzentos e tantos mil cruzeiros. Foi exatamente na época em que adquiri um. Então, naquela ocasião, no Estado de Goiás, uma saca de arroz custava dois mil cruzeiros, sendo que o preço de um trator, em 1962 era de dois milhões de cruzeiros. Não comprei o trator por achar o preço exorbitante e, em 1963 já o encontrei pelo preço de três milhões e trezentos mil cruzeiros; agora, entretanto, um trator já está pelo valor de seis milhões e novecentos mil cruzeiros.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Ermírio) — Os Senhores que aprovam o parecer permaneceram sentados. Está aprovado o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Ermírio) — Continuando nossos trabalhos, então o parecer do nobre Senador José Feliciano já foi aprovado. Dê-se modo, nosso ponto de vista é no sentido de estabelecermos um programa de acordo a que esta Comissão possa cumprir com seu dever perante este Senado. Discutiremos vários pontos e receberemos várias propostas que passaremos a examinar e estudar com a finalidade de podermos apresentar um trabalho útil ao desenvolvimento do País.

Assim, de acordo com o esquema de nossos trabalhos, a primeira parte, com relação à Pecuária — Aftosa e pastagens, está entregue ao Senador José Feliciano, que fez observações sobre o assunto, dizendo inclusive, que num terreno de 170 hectares se está criando cerca de 1.600 cabeças de gado.

O SR. JOSÉ FELICIANO — O que estamos observando, nobre Senador, é que o restante do País está há 150 anos de atraso nos ensinamentos do Instituto Agronômico de Campinas sendo que este está atrasado em cento e cinquenta anos dos países mais evoluídos do mundo, tais como os Estados Unidos, a Alemanha Ocidental, a Holanda, a Argentina, etc.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Feliciano) — Já está programada uma visita que faremos ao Instituto Agronômico de Campinas no próximo mês de maio. O Diretor daquele órgão é meu amigo e já adiantou-me que poderemos passar lá um dia inteiro, assim tomando conhecimento de tudo o que se está fazendo e desse modo poderemos proporcionar aos nossos Estados tudo que exista de melhoria com relação a pastagens e plantio de cereais.

Na segunda parte de nossos trabalhos, temos o café, que está numa situação bastante desagradável, pois que na realidade, ele ainda representa 65% da nossa exportação sendo que a África — temos conhecimento do fato — irá colocar, no próximo ano, nos mercados internacionais, mais duas partes do que até então colocava.

Portanto, com a situação a que o Brasil já chegou...

A situação a que chegou o Brasil, reduzindo sua venda de café para os Estados Unidos, é consequência de uma política errada. Enquanto isso, a Colômbia ultrapassou o Brasil na venda do produto. O nobre Senador Melo Braga é um estudioso do assunto e pode encarregar-se desta parte.

Temos o problema do trigo. O Brasil importou cerca de 250 milhões de dólares de trigo, incluindo o frete. É outro problema que precisamos enfrentar com coragem. O México neste particular, é um país auto-suficiente. Creio que o nobre

Senador Antônio Carlos poderia encarregar-se do problema do trigo.

O SR. ANTONIO CARLOS — Penso que seria melhor que V. Exa. avocasse o seu estudo.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Ermírio) — Posso avocar.

O cacau é outra matéria importante. O Brasil chegou a exportar 17% do consumo mundial e, hoje, exporta apenas 6%. A Bahia vive do cacau. É necessário elaborar-se um programa e devemos levar o nosso ponto de vista ao Governo. Posso estudar esta parte.

Temos, ainda, a questão do arroz e do milho. O Brasil vai exportar arroz. O nobre Senador Eugênio de Barros acha que devemos aumentar nossa produção e exportar, mas o Brasil ainda não chegou à produção de mil quilos por hectare. S. Exa. estudará o assunto.

O problema do sisal ficará a cargo do nobre Senador Dix-Huit Rosado.

Temos a soja. O Brasil está produzindo no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. É um produto de alto teor de proteína. Mandei buscar um remédio de soja, no ano passado mandei buscar, no ano passado, um remédio baseado em soja, que serve para não deixar subir a pressão, é para ser tomado nas refeições. Portanto, a soja, além de ser um elemento de primeira ordem ainda serve para a composição de remédios. Portanto é outro assunto que deveremos analisar bem pois a soja é um elemento importante e poderá servir para nosso desenvolvimento, pois ela tanto serve para a pastagem como para alimento.

A parte referente ao sisal, como já foi dito, está entregue ao nobre Senador Dix-Huit Rosado.

O SR. SENADOR DIX-HUIT ROSADO — Quanto ao sisal já existe alguma coisa feita através do Banco do Nordeste e eu mesmo já tenho algumas sugestões mais apropriadas sobre o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Ermírio) — Outro problema é o referente às raças para a Pecuária e para a Avicultura, que constitui problema sério para o Brasil. Vemos, por exemplo, que a dúzia de ovos que em dezembro custava trezentos e cinquenta cruzeiros, passou, agora, para seiscentos cruzeiros, portanto, está carecendo de um estudo apropriado, de uma orientação segura no sentido de se terminar com a especulação. Talvez fosse mesmo interessante que esse assunto também fosse entregue ao Senador José Feliciano, para estudos a respeito do problema, pois como disse S. Exa. em Goiás um ovo custando setenta cruzeiros.

Outro problema também a estudar é o que diz respeito às rotações de culturas, que constitui um processo moderno de se acabar com as pragas. Por exemplo, numa plantação de trigo, se aparece uma praga então muda-se aquela cultura para milho ou soja e a praga desaparece. Portanto, essa parte constitui mais um estudo de técnicas para o que teremos de apelar para o Instituto Agronômico de Campinas, ou para o Instituto Agronômico do Sul, e mesmo fazermos consultas ao Ministério da Agricultura. Então, ainda com relação a esse problema, consta dos nossos programas não só consultas ao Instituto Agronômico de Campinas como ainda de convocarmos o Ministério da Agricultura, no sentido de que nos envie alguém para, juntamente conosco, procurar resolver o problema.

Quanto à mecanização agrícola e a irrigação é outro problema sobre o qual poderemos proceder da mesma forma, aliás o Senador José Feliciano tem melhor conhecimento do assunto, poderia fazer o mesmo o

nobre Senador José Feliciano tem melhor conhecimento da matéria.

Fertilização do solo: é um ponto em que, se o Brasil não tomar providências, ficará, eternamente atrasado. O México, há três governos, vem cuidando desse setor e já tem muitas fábricas de fertilizantes. Santa Catarina é um Estado rico em pirita, podendo usá-la para a fabricação de adubos fosfatados, ali, está depositada na superfície do solo, em lugar úmido e se encontra abandonada. Fiz parte de uma comissão, se não me engano no governo do Sr. Juscelino, que trabalhou durante 6 meses. Apresentamos um relatório sobre enxofre em Santa Catarina e Rio Grande do Sul que, sendo explorado, evitaria sua importação. Posso assumir o estudo desta parte, trazendo, inclusive, os dados que obtivemos naquela comissão.

Micologia é uma ciência que está sendo desenvolvida, atualmente. Já se usa a fertilização do solo por meio de micróbios. Pernambuco tem um Instituto de Micologia e apresentei seu diretor ao Governador Ademar de Barros. Hoje, em lugar nenhum, põe-se fogo no solo o que acarreta a destruição da fauna microbiana, querendo, ainda, os álcalis. Assumirei o estudo desta parte e apresentarei um relatório à Comissão.

Financiamento agrícola, seguro agrícola e garantia de preços são fatores sem os quais não há desenvolvimento da lavoura. Parece-me que há um projeto na Câmara dos Deputados sobre o assunto.

O SR. JOSÉ FELICIANO — O Estatuto da Terra tem uma posição rigorosa a respeito.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Ermírio) — São fatores altamente importantes e precisamos, principalmente, desenvolver o financiamento agrícola. O assunto fica comigo.

O transporte é outro ponto importante. A desgraça da lavoura, no Brasil, é o transporte. Stalin ao assumir o Governo da Rússia, procurou servir as comunidades que viviam isoladas. Então, esta questão do transporte comunidade que vivia abandonada. Então, nessa questão de transporte já temos o trabalho apresentado pelo nobre Senador José Feliciano que poderia, portanto, ficar com o problema para maiores estudos.

Quero falar, ainda, sobre o Estatuto do Trabalhador Rural, assunto este que poderia ficar a cargo do nobre Senador Melo Braga, sendo que a reforma agrária já é uma lei que temos de cumprir mas que mesmo assim, não poderá ser rapidamente, pois ainda está dependendo de regulamentação.

Temos ainda o ano todo para estudarmos esse problema da reforma agrária e é nossa intenção convocarmos S. Exa. o Sr. Ministro da Agricultura, quantas vezes se fizer necessário no sentido de orientarmos bem nossos trabalhos. Essa convocação que faremos de S. Exa. ainda nos será útil para acabarmos de vez com as queixas apresentadas por todos os Estados, quanto à parte agrícola, e é do nosso dever procurar cooperar na solução do problema, pois a verba que existe, de quarenta milhões de cruzeiros, destinada a esse setor não adianta de nada e devemos ajudar no sentido de aumentarmos os recursos para que aquele órgão possa melhor atender aos Estados.

atenções para a questão da cooperação. Temos também de voltar nossas vistas pois levará assistência aoativismo, que é importante para o homem rural. Essa parte poderia ficar com o Senador Antônio Carlos, principalmente porque S. Exa. é homem de rara inteligência e poderia estudar

minuciosamente o problema. A questão da pesca — já foi dito — está entregue também ao Senador Antonio Carlos, sendo que o problema relacionado com o sal, ao Senador Dix-Huit Rosado.

O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS — Temos também de estudar bem a questão do arame farpado, pois uma partida, no interior do Estado, está custando de treze a quinze mil cruzeiros.

O SR. SENADOR DIX-HUIT ROSADO — Não sei, Sr. Presidente, se no esquema dos nossos trabalhos consta a parte referente a soros.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Ermírio) — Consta da parte que está está com o Senador José Feliciano, quando falamos sobre a pecuária — aftosa e pastagens, o da aftosa que está com o Senador José Feliciano.

O SR. DIX-HUIT ROSADO — Não sei se caberia, também, um estudo do sorgo que seria incluído no item das plantas forrageiras?

O SR. PRESIDENTE — O problema da vacina pode ficar, também, com o nobre Senador José Feliciano. Vamos juntar, num mesmo item, a irrigação e mecanização da lavoura que ficarão, ainda, a cargo do Senador José Feliciano.

Se qualquer dos Srs. Senadores de-seja dar sua colaboração em outros assuntos que não aqueles que lhes foram distribuídos, isto será interessante porque trará maiores conhecimentos. Chamaremos o Sr. Ministro da Agricultura para falar sobre a atuação do Ministério e sobre o Instituto Agronômico de Campinas.

Quería, agora, dar uma notícia à Comissão. Quanto mais se lê, mais se aprende. Pergunto aos Srs. Senadores presentes se têm conhecimento de quanto 100 quilos de sabugo se equivalem em milho. Equivalem a 75 quilos de milho. No Brasil, no entanto, o milho é jogado fora. Já foi dito: o milho é para o ser humano, a palha e o sabugo dá-se ao gado.

O SR. JOSÉ FELICIANO — Atualmente, está-se usando uma razão de espiga de milho desintegrada. A espiga e o sal de cozinha apenas, vem sendo a maior alimentação do gado.

O SR. PRESIDENTE (José Ermírio) — Como o tempo é curto, gostaria de informar, por exemplo, o que está acontecendo no Brasil, com relação aos produtos agrícolas, nos vários Estados, com uma comparação do plantio do ano de 1963 com o de 1964.

No Rio Grande do Sul — único Estado que temos os dados — encontramos em 1963, para uma plantação de arroz em 366.998 hectares, a produção de 996.929 toneladas, enquanto que no ano de 1964 tivemos a área de 358.237 hectares de arroz para uma produção de 790.000 toneladas.

Quanto ao feijão preto, em 1963, para 149.000 hectares encontramos uma produção de 93.000 toneladas, enquanto que em 1964 temos 190.000 hectares para 170.000 toneladas de produção. Com relação ao milho temos: em 1963: 1.309.600 hectares para uma produção de 1.727.640 toneladas, e em 1964: 1.200.000 hectares para uma produção de 1.300.000 toneladas.

Quanto ao trigo podemos observar, apesar de tudo, que melhorou sua produção, pois em 1963, para uma plantação em 380.000 hectares encontramos a produção de 115.500 toneladas, enquanto que em 1964 já vamos encontrar 340.000 hectares plantados para uma produção de 300.000 toneladas.

Assim sendo, com esses elementos, poderemos também chamar a atenção do Governo para esse problema, oferecendo sugestões a respeito.

Vejamos, agora, o problema relacionado aos financiamentos agrícolas, também em comparação do ano de 1963 com o de 1964.

Primeiramente com relação ao Estado do Rio Grande do Sul, encontramos, em 1963: 42.977 contratos, no total de Cr\$ 33.537.476, para, em 1964, encontramos: 36.696 contratos num total de Cr\$ 50.451.777. Já em Santa Catarina vamos encontrar o seguinte: em 1963: 14.879 contratos, no valor de Cr\$ 3.520.193, para, em 1964 temos: 14.032 contratos no valor de Cr\$ 4.923.185. O contrato diminuiu sendo que o valor aumentou, portanto não é justo.

No Paraná, vamos encontrar, em 1963: 25.015 contratos, no valor de Cr\$ 15.105.957, enquanto que em 1964 temos: 23.641 contratos no valor de Cr\$ 21.601.128. Em Minas Gerais temos: em 1963: 56.623 contratos para o valor de Cr\$ 20.965.615, e no ano de 1964: 32.659 contratos para o total de Cr\$ 18.840.472. Já no Rio de Janeiro podemos observar que, em 1963 encontramos 7.962 contratos no total de Cr\$ 2.677.672, enquanto que em 1964 foram feitos 5.400 contratos no total de Cr\$ 3.525.822.

Quanto ao Estado de Goiás podemos observar que foi o único que realmente obteve vantagens, pois em 1963, para 15.992 contratos obteve o total de Cr\$ 11.812.527, e em 1964, para 15.325 contratos conseguiu o total de Cr\$ 20.241.001. Portanto, essa estatística vem demonstrar que, no ano de 1964, o Estado de Goiás foi o que mais dinheiro conseguiu obter no Banco do Brasil, através financiamentos agrícolas.

Existem ainda muitos outros assuntos a serem abordados mas teremos outras ocasiões para discutir-los.

Assim sendo, nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente reunião, agradecendo a presença dos Srs. Senadores juntamente com a colaboração que todos se prontificam a dar, no sentido de muito produzirmos em 1965.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 22 horas e 55 minutos.)

Comissão de Constituição e Justiça

3ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 18 DE FEVEREIRO DE 1965

As 16 horas do dia 18 de fevereiro de 1965, na Sala das Comissões, sob a presidência do Senhor Senador Wilson Gonçalves, Jefferson de Aguiar, Aloysio de Carvalho, Josaphat Marinho, Argemiro de Figueiredo e Eurico Rezende, reúne-se a Comissão de Constituição e Justiça.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Edmundo Levi, Bezerra Neto, Antônio Balbino e Ruy Carneiro.

É dispensada a leitura da ata da reunião anterior e, em seguida, aprovada.

Dos projetos constantes da pauta são relatados os seguintes:

Pelo Senador Jefferson de Aguiar

— Pelo arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 81-64 — Dispõe sobre o financiamento às prefeituras de orçamento limitado, pelos estabelecimentos de crédito oficial para aplicação em equipamento rodoviário.

— Pela audiência do Conselho Nacional do Petróleo e da Petrobrás sobre o Projeto de Lei do Senado número 82-64 — Dispõe sobre a instalação na cidade do Recife, Estado de Pernambuco, de refinaria de petróleo e usina de fertilizantes nitrogenados.

— Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 88-64 — Dispõe sobre a alfabetização de adultos e adolescentes por estudantes de ensino médio.

— Pela aprovação com Projeto de Resolução dos Ofícios nºs 769-P, de 1964, do Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Quanto ao Projeto de Lei da Câmara nº 284-64 — Altera a Lei número 4.069-B, de 12.6.62 que assegura a isenção do imposto de renda e adicional às indústrias de beneficiamento e de artefatos de borracha e de beneficiamento e tecelagem de juta localizadas na Amazônia, é solicitado adiamento da discussão da matéria até a próxima reunião.

Submetidos os pareceres à discussão e votação, sem restrições são aprovados.

Pelo Senador Wilson Gonçalves

— Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 78-64 — Autoriza o Poder Executivo a vender aos seus ocupantes, casas da Universidade Rural, situadas no Km. 47, com emprêgo do produto das vendas na construção de novas moradias.

Submetido o parecer à discussão e votação, sem restrições é aprovado.

É solicitado e aprovado o adiamento da discussão do Projeto de Lei do Senado nº 54-64 — Dispõe sobre a concessão de pensão a dependentes de servidores e empregados demitidos, sob as condições que estabeleça.

Passando a presidência ao Senhor Vice-Presidente, o Senador Afonso Arinos apresenta parecer favorável, com Projeto de Resolução, ao Ofício nº 166 (3 e 4) do Presidente do Supremo Tribunal Federal, que é aprovado sem restrições.

Reassumindo a presidência, o Senhor Presidente encerra os trabalhos da reunião lavrando eu, Maria Helena Bueno Brandão, Secretária, a presente ata que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

COMISSÃO DE FINANÇAS

RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE SETEMBRO DE 1964 PARECERES PROFERIDOS

PRESIDENTE: SENADOR DANIEL KRIEGER

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo

NÚMERO E EMENTA	RELATOR	CONCLUSÃO
Projeto de Lei da Câmara número 140, de 1963, que restabelece o trajeto primitivo da Rodovia BR-35/Pr, constante do Plano Rodoviário Nacional.	Senador Victorino Freire	Audiência do Ministério da Viação e Obras Públicas. Aprovada a diligência.
Projeto de Lei do Senado número 13, de 1964, que institui prêmio para inventor da máquina desfibradeira de sisal.	Senador Victorino Freire	Parecer favorável. Aprovado.
Projeto de Lei da Câmara número 139, de 1964, que institui o salário-educação.	Senador Eurico Rezende	Parecer favorável ao Projeto e às emendas da Comissão de Projetos do Executivo.
Projeto de Decreto Legislativo número 68, de 1964, que aprova termo rescisório de contrato firmado entre o DNOCs e a Companhia Brasileira de Material Elétrico.	Senador Eurico Rezende	Parecer favorável. Aprovado.
Projeto de Decreto Legislativo número 41, de 1964, que aprova o contrato firmado entre a Divisão de Obras do Departamento de Administração do Ministério da Agricultura e a firma Atlas do Brasil Indústria e Comércio.	Senador Eurico Rezende	Parecer favorável. Aprovado.
Projeto de Lei da Câmara número 104, de 1964, que concede pensão especial de Cr\$ 3.000,00 a Maria Nazaré Souza Ferreira, viúva do ex-marinheiro de Alfândega de Belém, José Alves Ferreira, morto por afogamento, quando em serviço.	Senador Pessoa de Queiroz	Parecer favorável. Aprovado.

NUMERO E EMENTA	RELATOR	CONCLUSÃO	NUMERO E EMENTA	RELATOR	CONCLUSÃO
Ofício S-1, de 1964, do Sr. Prefeito de Porto Alegre, solicitando a autorização do Senador Federal para contrair um empréstimo externo, com o Banco do Desenvolvimento Econômico (BID), no valor de US\$ 3.130.600,00 (três milhões, cento e cinquenta mil dólares, com prazo de resgate de 25 anos).	Senador Pessoa de Queiroz	Parecer favorável à solicitação do Sr. Prefeito de Porto Alegre nos termos do Projeto de Resolução. Aprovado.	Projeto de Lei da Câmara número 146, de 1964, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Supremo Tribunal Federal — o crédito especial de Cr\$ 934.526.904,70, em reforço das seguintes dotações: Verba 1.0.00 — Custeio; Consignação 1.1.00 — Pessoal Civil; Subconsignação 1.1.01 e 1.1.04 — do orçamento vigente (Lei número 4.295-63).	Senador Bezerra Neto	Parecer favorável. Aprovado.
Projeto de Lei da Câmara número 122, de 1964, que transforma a Escola Paulista de Medicina em estabelecimento isolado de ensino superior, de natureza autárquica, e dá outras providências.	Senador Wilson Gonçalves	Parecer favorável. Aprovado.	Projeto de Lei da Câmara número 154, de 1964, que isenta de imposto de Importação e de consumo, equipamento e acessórios de uma estação transmissora de televisão e máquinas gravadoras (video-tape).	Senador Bezerra Neto	Parecer favorável. Aprovado.
Projeto de Decreto Legislativo número 55, de 1964, que aprova o ato do Tribunal de Contas da União, denegatório de registrar a contrato celebrado entre SPVEA e a Ordem dos Serviços de Maria, Província do Brasil.	Senador Mem de Sá	Parecer favorável. Aprovado.	Ofício S.N. de 13.8.64, do Sr. Governador do Estado da Bahia, solicitando autorização ao Senado Federal para contrair um empréstimo externo com o Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID), no valor de US\$ 3.200.000,00 (três milhões e duzentos mil dólares).	Senador Daniel Krieger	Parecer favorável à solicitação do Sr. Governador do Estado da Bahia, nos termos do Projeto de Resolução. Aprovado.
Projeto de Lei da Câmara número 136, de 1964, que concede isenção dos impostos de importação e consumo, taxa de despacho aduaneiro e de emolumentos consulares para automóvel com transmissão automática, que for adquirido por ex-integrante da Força Expedicionária Brasileira mutilado em consequência de ferimentos recebidos na Campanha da Itália.	Senador Mem de Sá	Parecer favorável, apresentando substitutivo, tendo o Sr. Eurico Rezende declarado vencido por ser contrário ao Projeto, a mensagem, ao substitutivo da Câmara e ao substitutivo constante deste parecer.	Projeto de Lei da Câmara número 7, de 1964, que cria uma Escola de Educação Agrícola, no município de João Pinheiro, Estado de Minas Gerais.	Senador Victorino Freire	Parecer pela rejeição do projeto. Aprovado e parecer.
Projeto de Lei da Câmara número 137, de 1964, que autoriza a abertura ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, do crédito especial de Cr\$ 25.000.000,00, para fins que especifica.	Senador Bezerra Neto	Parecer favorável. Aprovado.	Projeto de Lei da Câmara número 113, de 1964, que autoriza a Associação Civil "Lar Proletário" e transferir à "Fundação Leão XIII" o imóvel situado na rua Ricardo Machado, no Rio de Janeiro.	Senador Victorino Freire	Parecer favorável. Aprovado.
Projeto de Lei da Câmara número 140, de 1964, que incorpora à Universidade do Paraná o Instituto de Ecologia e Pesquisas Tecnológicas do Estado do Paraná, e dá outras providências.	Senador Bezerra Neto	Parecer favorável. Aprovado.	Projeto de Lei da Câmara número 147, de 1964, que dispõe sobre a venda de vinho em recipiente de volume superior ao estabelecido pela legislação em vigor, e dá outras providências.	Senador Pessoa de Queiroz	Parecer favorável. Aprovado.
Projeto de Lei da Câmara número 141, de 1964, que altera o limite quantitativo, inclui novos doadores e amplia o prazo de vigência da Lei número 4.184, de 17.12.62.	Senador Lobão da Silveira	Parecer favorável. Aprovado.	Projeto de Lei da Câmara número 87, de 1964, que concede isenção dos impostos de importação e de consumo, exceto a taxa de despacho aduaneiro, para equipamento a ser importado pela Empresa de Navegação Santa Catarina Limitada, sediada na cidade de São Francisco do Sul, Estado de Santa Catarina.	Senador Irineu Bornhaue	Parecer favorável. Aprovado.
Projeto de Decreto Legislativo número 78, de 1964, que mantém o ato denegatório do Tribunal de Contas da União que recusou registro de empréstimo no valor de Cr\$..... 200.000.000,00, celebrado entre a União Federal e o Governo do Estado da Bahia.	Senador Lobão da Silveira	Parecer favorável. Aprovado.	Projeto de Lei do Senado número 24, de 1964, que cria registro para todas as transações de compra e venda sobre automóveis.	Senador Irineu Bornhaue	Parecer contrário. Aprovado o parecer.
Projeto de Decreto Legislativo número 52, de 1964, que aprova o ato do Tribunal de Contas da União que negou registro ao contrato celebrado entre o DCT e a firma Construtora Ebra Limitada.	Senador Pessoa de Queiroz	Parecer favorável. Aprovado.	Projeto de Lei da Câmara número 165, de 1964, autoriza o Poder Executivo a abrir, pela Presidência da República o crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00 para atender às despesas do Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (GETROP).	Senador Irineu Bornhaue	Parecer favorável. Aprovado.
Projeto de Lei da Câmara número 126, de 1964, que concede pensão especial de Cr\$ 6.720,00 a Nicolau Jenrô, ex-extranumerário-diarista do Ministério da Marinha.	Senador Pessoa de Queiroz	Parecer favorável. Aprovado.	Projeto de Lei da Câmara número 166, de 1964, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 31.572.000,00, para atender às despesas que especifica.	Senador Irineu Bornhaue	Parecer favorável. Aprovado.
			Projeto de Lei da Câmara número 109, de 1963, que concede isenção do imposto de renda à Companhia Siderúrgica Nacional, e dá outras providências.	Senador Sigfredo Pacheco	Parecer favorável à emenda. Aprovado.

NÚMERO E EMENTA	RELATOR	CONCLUSÃO	EMENTA	RELATOR
Projeto de Lei da Câmara número 162, de 1964, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — o crédito suplementar de Cr\$...... 236.131.375,40.	Senador Sigefredo Pacheco	Parecer favorável. Aprovado.	Projeto de Lei da Câmara número 146, de 1964, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Supremo Tribunal Federal — o crédito especial de Cr\$ 934.526 \$04,70 em retêção das seguintes dotações: Verba 1.0.00 — Custeio; Consignação 1.1.00 — Pessoal Civil; Subconsignação 1.1.01 e 1.1.04 — do orçamento vigente.	Senador Bezerra Neto
Projeto de Lei da Câmara número 157, de 1964, que fixa novos valores para os símbolos dos cargos e das funções gratificadas dos Quadros das Secretarias dos Tribunais Regionais Eleitorais, e dá outras providências.	Senador José Ermírio	Parecer favorável. Aprovado.	Projeto de Lei da Câmara número 126, de 1964, que concede pensão especial de Cr\$ 6.720,00 a Nicolau Janro, ex-extranumerario-diarista do Ministério da Marinha.	Senador Pessoa de Queiroz
Projeto de Lei da Câmara número 127, de 1964, que autoriza a Superintendência do Armazéns e Silos (SAS) a transferir para o Patrimônio das Cooperativas Trilcoas do Rio Grande do Sul os armazéns prometidos vender pela Comissão de Organização da Trilcoultura Nacional (COTRIN).	Senador Lobão da Silveira	Parecer favorável. Aprovado.	Projeto de Lei do Senado número 36, de 1964, que dispõe sobre a correção dos valores dos prêmios concedidos pela União, para a construção de obras de açudegem e irrigação, em regime de cooperação (do Senador João Agripino).	Senador Sigefredo Pacheco
Ofício número 320, de 1964, SE-6, de 26 de setembro de 1964, em que o Governador do Estado do Pará comunica que vê com o máximo interesse a alteração da Resolução número 29, de 1963.	Senador Lobão da Silveira	Parecer favorável à solicitação do Sr. Governador do Estado do Pará, nos termos do Projeto de Resolução. Aprovado.	Projeto de Lei da Câmara número 13, de 1964, que concede aos servidores da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, aposentada até 31.9.59, o abono provisório de que trata a Lei número 3.531, de 19.1.59, e dá outras providências.	Senador Bezerra Neto
Projeto de Lei da Câmara número 163, de 1964, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito suplementar de Cr\$ 405.490.000,00.	Senador Wilson Gonçalves	Parecer favorável. Aprovado.	Projeto de Decreto Legislativo número 31, de 1963, que aprova as Notas trocadas entre o Brasil e os Estados Unidos da América para prorrogação do Acordo sobre Serviços Técnicos Especiais, concluído em 1953.	Senador Mem de Sá
Projeto de Lei da Câmara número 164, de 1964, que isenta de imposto de importação e de consumo, equipamento de onda portadora.	Senador Bezerra Neto	Parecer favorável. Aprovado.	Projeto de Lei da Câmara número 120-64, que cria uma Coletoria Federal no Município de Osasco, Estado de São Paulo e dá outras providências.	Senador Lino de Mattos
Projeto de Lei da Câmara número 155, de 1964, que cria o imposto único sobre minerais do País: dispõe sobre o produto de sua arrecadação; institui o "Fundo Nacional de Mineração", e dá outras providências.	Senador Wilson Gonçalves	Parecer favorável ao Projeto e contrário às emendas da Comissão das Minas e Energia. Aprovado.	Projeto de Lei da Câmara número 131, de 1964, que estende à União dos Ferroviários do Brasil as vantagens da Lei número 2.329, de 26.11.54, que inclui a Associação dos Servidores Cíveis do Brasil e o Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado entre as entidades consignatórias de que trata a Lei número 1.046, de 2.1.50.	Senador Bezerra Neto
Projeto de Lei do Senado número 45, de 1964, que autoriza o Poder Executivo a doar área de terra ao Município de Itajaí, em Santa Catarina.	Senador Irineu Bornhausen	Parecer favorável. Aprovado.	Projeto de Lei da Câmara número 155, de 1964, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 1.038.290,00, para pagamento a José Vasco Júnior, por benfeitorias feitas em terras da Fazenda Nacional de Santa Cruz.	Senador Bezerra Neto
			Projeto de Lei da Câmara número 23, de 1964, que altera o Quadro da Secretaria do Tribunal de Contas da União.	Senador Bezerra Neto
DISTRIBUIÇÃO				
EMENTA		RELATOR		
Ofício S.N. de 13.8.64, do Sr. Governador da Bahia, solicitando autorização ao Senado Federal para contrair um empréstimo externo com o Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID), no valor de US\$ 3.200.000,00 (três milhões e duzentos mil dólares).		Senador Daniel Krieger		
RELATÓRIO DO MÊS DE SETEMBRO				
Resumo				
Número de Reuniões realizadas — 5				
Número de Pareceres proferidos — 38				
Número de Projetos distribuídos — 41				
Número de Ofícios Expedidos — 2				
Número de Ofícios recebidos — 2				

COMISSÕES PERMANENTES

MESA

- Presidente — Moura Andrade (PSD)
 Vice-Presidente — Nogueira da Gama (PTB)
 1.º Secretário — Dinarte Mariz (UDN)
 2.º Secretário — Gilberto Marinho (PSD)
 3.º Secretário — Adalberto Sena (PTB)
 4.º Secretário — Cattete Pinheiro (PTN)
 1.º Suplente — Joaquim Parente (UDN)
 2.º Suplente — Vasconcellos Torres (PTB)
 3.º Suplente — Heribaldo Vieira (Sem legenda — BPI)

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD) — 22 representantes

- | | |
|----------------------------------|-------------------------------------|
| 1. José Guimaraes — Acre | 12. Antonio Balbino — Bahia |
| 2. Lobão da Silveira — Pará | 13. Jefferson de Aguiar — E. Santo |
| 3. Eugênio Barros — Maranhão | 14. Gilberto Marinho — Guanabara |
| 4. Sebastião Archer — Maranhão | 15. Moura Andrade — São Paulo |
| 5. Victorino Freire — Maranhão | 16. Atílio Fontana — Santa Catarina |
| 6. Sigefredo Pacheco — Piauí | 17. Gerson Mondim — R. G. Sul |
| 7. Menezes Pimentel — Ceará | 18. Benedito Valladares — M. Gerais |
| 8. Wilson Gonçalves — Ceará | 19. Filinto Müller — Mato Grosso |
| 9. Walfredo Gurgel — R. G. Norte | 20. José Feliciano — Goiás |
| 10. Ruy Carneiro — Paraíba | 21. Juscelino Kubitschek — Goiás |
| 11. Leite Neto — Sergipe | 22. Pedro Ludovico — Goiás |

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB) — 17 representantes

- | | |
|-------------------------------------|---|
| 1. Adalberto Sena — Acre | 10. Pessoa de Queiroz — Pernambuco |
| 2. Oscar Passos — Acre | 11. José Ermirio — Pernambuco |
| 3. Vivaldo Lima — Amazonas | 12. Silvestre Péricles — Alagoas |
| 4. Edmundo Levi — Amazonas | 13. Vasconcelos Torres — Rio de Janeiro |
| 5. Arthur Virgílio — Amazonas | 14. Nelson Maculan — Paraná |
| 6. Antônio Jucá — Ceará | 15. Mello Braga — Paraná |
| 7. Dix Hult Rosado — R. G. Norte | 16. Nogueira da Gama — M. Gerais |
| 8. Argemiro de Figueiredo — Paraíba | 17. Roberto Neto — Mato Grosso |

UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL (UDN) — 15 representantes

- | | |
|-----------------------------------|--|
| 1. Zacharias de Assumpção — Pará | 9. Padre Calazans — São Paulo |
| 2. Joaquim Parente — Piauí | 10. Adolpho Franco — Paraná |
| 3. José Cândido — Piauí | 11. Irineu de Moraes — S. Catarina |
| 4. Dinarte Mariz — R. G. do Norte | 12. Antônio Carlos — S. Catarina |
| 5. João Agripino — Paraíba | 13. Daniel Krieger — Rio Grande do Sul |
| 6. Ruy Palmeira — Alagoas | 14. Milton Campos — Minas Gerais |
| 7. Eurico Rezende — E. Santo | 15. Lopes da Costa — Mato Grosso |

PARTIDO LIBERTADOR (PL) — 2 representantes

- | | |
|--------------------------------|-----------------------------|
| 1. Aloysio de Carvalho — Bahia | 2. Mem de Sá — R. G. do Sul |
|--------------------------------|-----------------------------|

PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN) — 2 representantes

- | | |
|----------------------------|-----------------------------|
| 1. Cattete Pinheiro — Pará | 2. Lino de Matos — S. Paulo |
|----------------------------|-----------------------------|

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA (PSP) — 3 representantes

- | | |
|----------------------------|---------------------------------|
| 1. Raul Guberti — E. Santo | 2. Miguel Couto — R. de Janeiro |
|----------------------------|---------------------------------|

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB) — 1 representante

1. Aurélio Viana — Guanabara

MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR) — 1 representante

1. Aarão Steinbruch — Rio de Janeiro

PARTIDO REPUBLICANO (PR) — 1 representante

1. Júlio Leite — Sergipe

PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO (PDC) — 1 representante

1. Arnon de Mello — Alagoas

SEM LEGENDA

- | | |
|-----------------------------|-------------------------------|
| 1. Josaphat Marinho — Bahia | 2. Heribaldo Vieira — Sergipe |
|-----------------------------|-------------------------------|

RESUMO

Partido Social Democrático (PSD)	22
Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)	17
União Democrática Nacional (UDN)	15
Partido Libertador (PL)	2
Partido Trabalhista Nacional (PTN)	2
Partido Social Progressista (PSP)	3
Partido Socialista Brasileiro (PSB)	1
Partido Republicano (PR)	1
Partido Democrata Cristão (PDC)	1
Movimento Trabalhista Renovador (MTR)	1
Total	66
Sem legenda	2
Total	68

BLOCOS PARTIDÁRIOS

Bloco Parlamentar Independente

PSP	2	Senadores
PTN	2	Senadores
PSB	1	Senador
PR	1	Senador
MTR	1	Senador
PDC	1	Senador
Sem legenda	2	Senadores
Total	10	Senadores

LIDERANÇAS

Líder do Governo	Vice-Líder
Daniel Krieger (UDN)	Mem de Sá

BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE

Líder: Lino de Matos (PTN)	Júlio Leite — (PR)
Vice-Líderes:	Josaphat Marinho (sem legenda)
Aurélio Viana (PSB)	Aarão Steinbruch (MTR)
	Miguel Couto (PSP)
	Arnon de Mello (PDC)

II — PARTIDOS

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD)

Líder: Filinto Müller

Vice-Líderes:

Wilson Gonçalves
Sigefredo Pacheco
Walfredo Gurgel

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB)

Líder: Arthur Virgílio

Vice-Líderes:

Bezerra Neto
Oscar Passos
Antônio Jucá

UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL (UDN)

Líder: Daniel Krieger

Vice-Líderes:

Eurico Rezende
Adolpho Franco
Padre Calazans
Lopes da Costa

PARTIDO LIBERTADOR (PL)

Líder: Mem de Sá
Vice-Líder: Aloysio de Carvalho

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

Líder: Miguel Couto
Vice-Líder: Raul Guberti

PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN)

Líder: Lino de Matos
Vice-Líder: Cattete Pinheiro

III — PARTIDOS DE UM SO REPRESENTANTE

MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR)

Representante: Aarão Steinbruch

PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO (PDC)

Representante: Arnon de Mello

PARTIDO REPUBLICANO (PR)

Representante: Júlio Leite

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB)

Representante: Aurélio Viana

AGRICULTURA

Presidente — Senador José Ermirio (PTB)

Vice-Presidente — Senador Eugênio Barros (PSD)

COMPOSIÇÃO

PSD

Titulares	Suplentes
Eugênio Barros	1. Atílio Fontana
José Feliciano	2. Benedito Valladares

PTN

Titulares	Suplentes
José Ermirio	1. Melo Braga
Dix-Hult Rosado	2. Argemiro de Figueiredo

UDN

Titulares	Suplentes
Lopes da Costa	1. Daniel Krieger
Antônio Carlos	2. João Agripino

B.P.I.

Titulares	Suplentes
Júlio Leite	Raul Guberti (PSP)
Secretário — José Ney Dantas	
Reuniões: — quintas-feiras, às 10 horas	

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Presidente — Afonso Arinos (UDN)
Vice-Presidente — Wilson Gonçalves (PSD)

COMPOSIÇÃO

PSD
Titulares
Antônio Balbino
Aloysio de Carvalho (PL)
Afonso Arinos
Milton Campos (*)
Jefferson de Aguiar
Titulares
Ruy Carneiro

Suplentes
Suplentes
1. Menezes Pimentel
2. Leite Neto
3. José Feliciano
4. Filinto Müller

PTB
Titular
Edmundo Levy
Bezerra Neto
Arthur Viana

Suplentes
Suplentes
1. Argemiro de Figueiredo
2. Oscar Passos
3. Melo Braga

UDN
Suplentes
Titulares
Titulares

B.P.I.
Titulares
Josephat Marinho (sem legenda)
Secretária — Maria Helena Bueno Brandão.
Reuniões — quartas-feiras às 16 horas

Suplentes
Aarão Steinbruch (MTR)

DISTRITO FEDERAL

PRESIDENTE: Senador Aurélio Vianna

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Ludovico

Titulares
Pedro Ludovico
Filinto Müller

Suplente
José Feliciano
Walfredo Gurgel

P. S. D.
Melo Braga
Antônio Jucá

P. T. B.
Zacharias de Assumpção
Lopes da Costa

U. D. N.
Lino de Mattos

B. P. I.
Aurélio Vianna

SECRETÁRIO: Aracy O'Reilly de Souza

REUNIÕES: 5ª-feiras — às 16,00 horas

ECONOMIA

Presidente — Leite Neto (PSD)
Vice-Presidente — José Ermírio (PTB)

COMPOSIÇÃO

PSD
Titulares
Leite Neto
Atílio Fontana
José Feliciano

Suplentes
Suplentes
1. Jefferson de Aguiar
2. Sigefredo Pacheco
3. Sebastião Archer

PTB
Titulares
José Ermírio
Melo Braga

Suplentes
Suplentes
1. Bezerra Neto
2. Oscar Passos

UDN
Suplentes
Titulares
1. José Cândido
2. Zacharias de Assumpção
3. Mem de Sá (PL)

B.P.I.
Titulares
Miguel Couto (PSP)
Secretária — Aracy O'Reilly.
Reuniões — quintas-feiras às 18.30.

Suplentes
Aurélio Vianna (PSB)

EDUCAÇÃO E CULTURA

Presidente — Menezes Pimentel (PSD)
Vice-Presidente — Padre Calazans (PTB)

COMPOSIÇÃO

PSD
Titulares
Menezes Pimentel
2. Sigefredo Pacheco

Suplentes
Suplentes
1. Benedito Valladares
Walfredo Gurgel

(*) Licenciado: Substituído pelo Sr. Eurico Rezende.

PTB

Pessoa de Queiroz
Antônio Jucá

1. Edmundo Levy
2. Vivaldo Lima

UDN

Titulares
Padre Calazans
Mem de Sá (PL)

Suplentes
Suplentes
1. Afonso Arinos
2. Milton Campos

B.P.I.

Titulares
Josephat Marinho (sem legenda)
Secretária — Vera Alvarenga Mafra.
Reuniões — quartas-feiras às 16 horas

Suplentes
Lino de Mattos (PTN)

FINANÇAS

Presidente — Argemiro de Figueiredo (PTB)
Vice-Presidente — Daniel Krieger (UDN)

COMPOSIÇÃO

Titulares
PSD
Victorino Vieira
Lobão da Silveira
Sigefredo Pacheco
Wilson Gonçalves
Leite Neto

Suplentes
Suplentes
1. Atílio Fontana
2. José Guilomard
3. Eugênio Barros
4. Menezes Pimentel
5. Pedro Ludovico

PTB
Titulares
Argemiro de Figueiredo
Bezerra Neto
Pessoa de Queiroz
Antônio Jucá

Suplentes
Suplentes
1. José Ermírio
2. Edmundo Levy
3. Melo Braga
4. Oscar Passos

UDN
Titulares
Daniel Krieger
Irineu Bornhausen
Eurico Rezende

Suplentes
Suplentes
1. Milton Campos
2. João Agripino
3. Adolfo Franco

PL
Titular
Mem de Sá

Suplentes
Suplentes
1. Aloysio de Carvalho

BPI
Titulares
Lino de Mattos (PTN)
Aurélio Vianna (PSB)

Suplentes
Suplentes
1. Júlio Leite (PR)
2. Josephat Marinho (sem legenda)

Secretário — Hugo Rodrigues Figueiredo
Reunião — quartas-feiras, às 10 horas.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Presidente — Senador José Feliciano (PSD)

Vice-Presidente — Senador Nelson Maculan (PTB)

COMPOSIÇÃO

PSD
Titulares
José Feliciano
Atílio Fontana

Suplentes
Suplentes
Lobão da Silveira
Sebastião Archer

PTB
Titulares
Nelson Maculan
Barros de Carvalho

Suplentes
Vivaldo Lima
Oscar Passos

UDN
Titulares
Adolpho Franco
Irineu Bornhausen

Suplentes
Lopes da Costa
Eurico Rezende

B.P.I.
Aarão Steinbruch

Suplentes
Raul Gluberti

Secretária — Maria Helena Bueno Brandão.
Reunião — quintas-feiras às 16.30 horas.

LEGISLAÇÃO SOCIAL

PRESIDENTE: Senador Vivaldo Lima (P.T.B.)

VICE-PRESIDENTE: Senador Walfredo Gurgel (P.S.D.)

Titulares
Ruy Carneiro
Walfredo Gurgel
Atílio Fontana
Eugênio Barros

Suplentes
Suplentes
Leite Neto
José Guilomard
Sigefredo Pacheco
Lobão da Silveira

P. S. D.
Vivaldo Lima
Antônio Jucá

Suplentes
Edmundo Levy
Pessoa de Queiroz

P. T. B.
Eurico Rezende
Antônio Carlos

Suplentes
Lopes da Costa
Zacharias de Assumpção

U. D. N.
Aurélio Vianna

Suplentes
Aarão Steinbruch

SECRETÁRIO: Cláudio I. Carneiro Leão
REUNIÕES: 3ª-feiras — às 16,00 horas

MINAS E ENERGIA

PRESIDENTE: Senador Josaphat Marinho (P.B.I.)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Ermírio (P.T.B.)

Titulares	P. S. D.	Suplentes
Benedicto Valladares		Pedro Ludovico
Jefferson de Aguiar		Filinto Müller
José Ermírio	P. T. B.	Nelson Maculan
Argemiro de Figueiredo		Antônio Joca
João Agripino	U. D. N.	José Cândido
Antônio Carlos		Afonso Arinos
Josaphat Marinho	B. P. I.	Júlio Leite
		SECRETÁRIO: Cláudio I. Carneiro Leal

POLIGONO DAS SECAS

PRESIDENTE: Senador Ruy Carneiro (P.S.D.)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aurélio Vianna (P.S.B.)

Titulares	P. S. D.	Suplentes
Ruy Carneiro		Sigefredo Pacheco
Sebastião Archer		Leite Neto
Dix-Huit Rosado	P. T. B.	Ontônio Joca
Argemiro de Figueiredo		José Ermírio
João Agripino	U. D. N.	Lopes da Costa
José Cândido		Antônio Carlos
Aurélio Vianna	P. S. B. e P. R.	Júlio Leite

SECRETÁRIO: Cláudio I. Carneiro Leal

REUNIÕES: 5ª-feira — às 16.00 horas

PROJETOS DO EXECUTIVO

PRESIDENTE: Senador João Agripino (U.D.N.)

VICE-PRESIDENTE: Senador Wilson Gonçalves (P.S.D.)

Titulares	P. S. D.	Suplentes
Leite Neto		1. Walfredo Gurgel
José Guilomard		2. José Feliciano
		3. Rui Carneiro
Mem de Sá	P. L.	1. Aloysio de Carvalho
Barros Carvalho	P. T. B.	1. Edmundo Levy
Bezerra Neto		2. Melo Braga
Daniel Krieger	U. D. N.	1. Antônio Carlos
		2. Adolfo Franco
Lino de Mattos	B. P. I.	1. Aurélio Vianna

SECRETÁRIO: José Soares de Oliveira Filho, eventual

REUNIÕES: 3ª-feira — às 15.00 horas

REDAÇÃO

PRESIDENTE: Senador Dix-Huit Rosado (P.T.B.)

VICE-PRESIDENTE: Senador Antônio Carlos (U.D.N.)

Titulares	P. S. D.	Suplentes
Walfredo Gurgel		Lobão da Silveira
Sebastião Archer		José Feliciano
Dix-Huit Rosado	P. T. B.	Edmundo Levy
Antônio Carlos	U. D. N.	Eurico Rezende
Júlio Leite	B. P. I. e S/LEGENDA	Josaphat Marinho
		SECRETÁRIO: Neuza J. Verrisimo

REUNIÕES: 4ª-feira — às 16.00 horas

RELAÇÕES EXTERIORES

Presidente — Benedito Valladares (PSD)

Vice-Presidente — Pessoa de Queiroz (PTB)

COMPOSIÇÃO

Titulares	PSD	Suplentes
Benedicto Valladares	1. Ruy Carneiro	
Filinto Müller	2. Leite Neto	
Menezes Pinheiro	3. Victorino Freire	
José Guilomard	4. Wilson Gonçalves	
Pessoa de Queiroz	PTB	1. Antônio Joca
Vivaldo Lima		2. Argemiro de Figueiredo
Oscar Passos		3. Melo Braga
Antônio Carlos	U. D. N.	1. Padre Calazani
José Cândido		2. João Agripino
Rui Palmeira		3. Mem de Sá (PL)
Agripino (MTB)	B. P. I.	Lino de Mattos (PTN)
Secretário — João Batista Cartagen Branco.		
Reuniões — quintas-feiras, às 16 horas.		

SAÚDE

PRESIDENTE: Senador Sigefredo Pacheco (P.S.D.)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Cândido (U.D.N.)

Titulares	P. S. D.	Suplentes
Sigefredo Pacheco		Walfredo Gurgel
Pedro Ludovico		Eugênio Barros
Dix-Huit Rosado	P. T. B.	Antônio Joca
Raul Giuberti	P. S. P.	Miguel Couto
José Cândido	U. D. N.	Lopes da Costa

SECRETÁRIO: Aracy O'Reilly de Souza

Reuniões: 5ª-feira — às 16.00 horas

SEGURANÇA NACIONAL

VICE-PRESIDENTE: Senador Oscar Passos (P.S.D.)

Titulares	P. S. D.	Suplentes
Victorino Freire		Ruy Carneiro
José Guilomard		Atilio Fontana
Oscar Passos	P. T. B.	José Ermírio
Silvestre Péricles		Dix-Huit Rosado
Zacharias de Assumpção	U. D. N.	Adolfo Franco
Irineu Bornhausen		Eurico Rezende
Raul Giuberti	B. P. I.	Aurélio Vianna

SECRETÁRIO: Alexandre Piaender

REUNIÕES: 5ª-feira — às 15.00 horas

SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

PRESIDENTE: Senador Aloysio de Carvalho (P.L.)

VICE-PRESIDENTE: Senador Leite Neto (P.S.D.)

Titulares	P. S. D.	Suplentes
Leite Neto		Victorino Freire
Sigefredo		Filinto Müller
Dix-Huit Rosado	P. T. B.	Melo Braga
Silvestre Péricles		Antônio Joca
Padre Calazani	U. D. N.	Antônio Carlos
Aloysio de Carvalho	P. L.	Mem de Sá
Aarão Steinbruch	B. P. I.	Miguel Couto

SECRETÁRIO: José Ney Passos Dantas

REUNIÕES: 3ª-feira — às 15.00 horas

TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

PRESIDENTE: Senador Lopes da Costa (U.D.N.)

VICE-PRESIDENTE: Senador Bezerra Neto (P.T.B.)

Titulares	P. S. D.	Suplentes
Eugênio Barros		Jefferson de Aguiar
Wilson Gonçalves		José Guilomard
Bezerra Neto	P. T. B.	Melo Braga
Lopes da Costa	U. D. N.	Irineu Bornhausen
Miguel Couto	P. S. P.	Raul Giuberti

SECRETÁRIO: Alexandre Piaender

A) Para Revisão do Projeto que define e regula a PROTEÇÃO AO DIREITO DO AUTOR

Criada em virtude do Requerimento nº 489-62 do Sr. Senador Milton Campos, aprovado em 20 de janeiro de 1962.

Designada em 22 de novembro de 1962.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1963 em virtude do Requerimento número 793-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Completada em 4 de janeiro de 1963, com a designação dos Senhores Senadores Vasconcelos Torres e Edmundo Levi.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964 em virtude do Requerimento número 1.198-63 do Sr. Senador Menezes Pimentel, aprovado em 15 de dezembro de 1963.

Membros (7) — Partidos

Gilberto Marinho — PSD.
Menezes Pimentel — PSD.
Heribaldo Vieira — UDN.
Milton Campos — UDN.
Vasconcelos Torres — PTB.
Edmundo Levi — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.

B) Para estudar a situação da CASA DA MOEDA

Criada em virtude do Requerimento nº 561-63, do Sr. Senador Jefferson de Aguiar, aprovado em 14 de agosto de 1963. Designada em 28 de agosto de 1963.

Prorrogada até 14 de março de 1964 (90 dias) em virtude do Requerimento número 1.160-63, do Sr. Senador Jefferson de Aguiar, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (7) — Partidos

Jefferson de Aguiar (Presidente) — PSD.
Wilson Gonçalves — PSD.
Arthur Virgílio — PTB.
Edmundo Levi — PTB.
Adolpho Franco — UDN.
Eurico Rezende (Vice-Presidente) — UDN.
Josephat Marinho — S/legenda.
Secretário: Oficial Legislativo, PL-6, J. B. Castellan Branco.

C) Para o estudo dos efeitos da INFLAÇÃO E DA POLÍTICA TRIBUTÁRIA E CAMBIAL SOBRE AS EMPRESAS PRIVADAS

Criada em virtude do Requerimento nº 531-63 do Sr. Senador Gouveia Vieira, aprovado na sessão de 2 de agosto de 1963.

Designada em 8 de agosto de 1963.

Prorrogada em virtude do Requerimento nº 1.161 de 1963 do Senador Senador Atílio Fontana, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (5) — Partidos

Atílio Fontana — Presidente — PSD.
José Feliciano — (Vice-Pr.) — PSD.
José Ermirio — Relator — PTB.
Adolpho Franco — UDN.
Aurélio Vianna — PSD.
PL-3 Julietta Ribeiro dos Santos.

COMISSÕES ESPECIAIS

D) Para estudo das causas que dificultam a PRODUÇÃO AGRO PECUÁRIA e suas repercussões negativas na exportação

Criada em virtude do Requerimento nº 569-63 do Sr. Senador José Ermirio, aprovado na sessão de 20 de agosto de 1963.

Designada em 22 de agosto de 1963.

Prorrogada por 1 ano, em virtude do Requerimento nº 1.197-63 do Senador Senador Sigefredo Pacheco, aprovado em 15 de dezembro de 1963.

Membros (5) — Partidos

José Feliciano — PSD.
Sigefredo Pacheco (Vice-Pr.) — PSD.
José Ermirio (Presidente) — PTB.
Lopes da Costa — UDN.
Aurélio Vianna (Relator) — PSD.
Secretário: Auxiliar Legislativo PL-10 Alexandre Marques de Albuquerque Mello.
Reuniões: 2ª e 4ª feiras às 14 horas

E) Para efetuar o levantamento da PRODUÇÃO MINERAL DO PAÍS e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização

Criada em virtude do Requerimento nº 665-63, do Sr. Senador José Ermirio, aprovado na sessão de 16 de setembro de 1963.

Designada em 19 de setembro de 1963.

Prorrogada em virtude do Requerimento nº 1.159-63, do Sr. Senador Milton Campos, aprovado na sessão de 10 de dezembro de 1963.

Membros (9) — Partidos

José Feliciano — PSD.
Atílio Fontana — PSD.
Eugênio Barros — PSD.
José Ermirio (Relator) — PTB.
Bezerra Neto — PTB.
Melo Braga — PTB.
Lopes da Costa — UDN.
Milton Campos (Presidente) — UDN.
Júlio Leite (Vice-Pr.) — PR.
Secretário: Auxiliar Legislativo PL-10 Alexandre Marques de Albuquerque Mello.
Reuniões: 5ªs feiras às 16 horas.

F) Para estudar a situação dos TRANSPORTES MARÍTIMOS E FERROVIÁRIOS

Criada em virtude do Requerimento nº 752-63 do Sr. Senador José Ermirio, aprovado na sessão de 13 de novembro de 1963.

Designada em 13 de novembro de 1963.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964, em virtude do Requerimento nº 1.162-63, do Sr. Senador Júlio Leite, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (5) — Partidos

Atílio Fontana — PSD.
Sigefredo Pacheco — PSD.
José Ermirio — PTB.
Irineu Bornhausen — UDN.
Júlio Leite — PR.
Secretário: Auxiliar Legislativo PL-10 Alexandre M. de A. Mello.
Secretária: Oficial Legislativo.

G) Para o estudo da situação do CENTRO TÉCNICO DE AERONÁUTICA E DA ESCOLA DE ENGENHARIA DE AERONÁUTICA, DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Criada em virtude do Requerimento nº 168-63 do Sr. Senador Padre Calazans, aprovado na sessão de 12 de novembro de 1963.

Designada em 13 de novembro de 1963.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964 em virtude do Requerimento número 1.158-63 do Sr. Senador Antônio Juca, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (5) — Partidos

José Feliciano — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Antônio Juca — PTB.
Padre Calazans — UDN.

H) Para o estudo das Mensagens do Poder Executivo referentes à REFORMA ADMINISTRATIVA

Criada por iniciativa da Câmara dos Deputados aprovada pelo Senado em 12 de 1963.

Membros (18) Partidos

Senadores:
Wilson Gonçalves — PSD.
Leite Neto — PSD.
Sigefredo Pacheco — PSD.
Argemir de Figueiredo — PTB.
Edmundo Levi — PTB.
Adolpho Franco — UDN.
João Agripino — UDN.
Aurélio Vianna — PSD.
Josephat Marinho — Sem legenda.
Deputados:
Gustavo Capanema (Presidente) — PSD.
Aderbal Jurema — PSD.
Laerte Vieira — UDN (Substituto pelo deputado Arnaldo Nogueira).
Reitor Dias — UDN.
Doutor de Andrade — PTB.
Arnaldo Cerdreira — PSP.
Juares Fátima — PDC.
Ewaldo Pinto — MTR.

I) Para, no prazo de três (3) meses, proceder ao estudo das proposições que digam respeito à participação dos trabalhadores nos lucros das empresas.

MEMBROS

Senadores:
Bezerra Neto — Presidente
Afonso Arinos — Vice-Presidente
Jefferson de Aguiar — Relator.
Leite Neto
Nelson Maculan
Eurico Rezende
Aurélio Vianna
Secretária: Aracy O'Reilly de Souza

COMISSÕES ESPECIAIS PARA O ESTUDO DE PROJETOS DE EMENDAS À CONSTITUIÇÃO

J) Projeto de Emenda à Constituição nº 4/61

(QUE DISPOE SOBRE VENCIMENTOS DOS MAGISTRADOS)

Elta em 27 de junho de 1961.

Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1962 pelo Requerimento 609-61, apr. em 14 de dezembro de 1961.

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 779-62, apr. em 12 de dezembro de 1962.

— até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.138-63, apr. em 16 de dezembro de 1963.

Completada em 28 de outubro de 1962, 15 de maio de 1963 e 23 de abril de 1963.

Membros (16) — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.
Lobão da Silveira (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Benedicto Valladares — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Daniel Krieger — UDN.
Lopes da Costa (29 de outubro de 1962) — UDN.
Milton Campos (Vice-Presidente).
Heribaldo Vieira — UDN.
Rui Palmeira — UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — UDN.
Bezerra Neto (23 de abril de 1963) — PTB.
Afonso Celso — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Aloysio de Carvalho (Presidente) — PL.
Mem de Sá — PL.
Josephat Marinho — S/legenda.

K) Projeto de Emenda à Constituição nº 7/61

(QUE DISPOE SOBRE AS MATÉRIAS DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO SENADO, INCLUINDO AS DE PROPOR A EXONERAÇÃO DOS CHEFES DE MISSÃO DIPLOMÁTICA PERMANENTE E APROVAR O ESTABELECIMENTO O ROMPIMENTO E O REATAMENTO DE RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS COM PAÍSES ESTRANGEIROS).

Elta em 1 de outubro de 1961.

Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1962 pelo Requerimento 307-61, apr. em 14 de dezembro de 1961;

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 1.159-63, apr. em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 28 de outubro de 1962 e 24 de abril de 1962.

Membros (16) — Partidos

Menezes Pimentel — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — Presidente — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) — PSD.
Guido Mondim (1. de outubro de 1964) — PSD.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Milton Campos (Vice-Presidente) — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
Silvestre Péricles (.....) — PTB.
Vivaldo Lima — PTB.
Amaury Silva (24 de abril de 1963) — PTB.
Vaga do Senador Pinto Ferreira (23 de abril de 1963) — Relator — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PTN.

L) Projeto de Emenda à Constituição nº 8/61

(SOBRE EXONERAÇÃO POR PROPOSTA DO SENADO DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA DE CARÁTER PERMANENTE).

Elta em 5 de outubro de 1961.

Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1962, pelo Requerimento 608-61, aprovado em 14 de janeiro de 1961;

— até 15 de janeiro de 1963, pelo Requerimento 781-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962;
— até 15 de dezembro de 1964, pelo Requerimento 1.140-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.
Completada em 30 de março de 1962, 29 de outubro de 1962, 23 de abril de 1963.

Membros (16) — Partidos

Menezes Pimentel — PSD.
Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) — Presidente — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Jefferson de Aguiar (23 de abril de 1963) — PSD.
Guido Mondim (29 de outubro de 1962) — PSD.
Daniel Krieger — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira (Vice-Presidente) — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
Vaga do Senador Pinto Ferreira (23 de abril de 1962) — Relator — PTB.
Bezerra Neto (23 de abril de 1963) — PTB.
Amaury Silva (23 de abril de 1962) — PTB.

Vivaldo Lima — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PTN.

M) Projeto de Emenda à Constituição nº 9/61

(QUE MODIFICA O REGIME DE DISCRIMINAÇÃO DAS RENDAS)

Eleita em 20 de novembro de 1961

Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1962, pelo Requerimento 805-61, aprovado em 14 de dezembro de 1961;
— até 15 de dezembro de 1963, pelo Requerimento 782-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962;
— até 15 de dezembro de 1964, pelo Requerimento 1.141-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (16) — Partidos

Jefferson de Aguiar (23 de abril de 1963) — PSD.
Menezes Pimentel — PSD.
Pinto Muller — PSD.
Guido Mondim (29 de outubro de 1962) — PSD.
Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) — PSD.

Daniel Krieger (Relator) — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.

Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Rui Palmeira — UDN.
Amaury Silva — 23 de abril de 1963) — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Argemiro de Figueiredo — PTB.
Bezerra Neto (23 de abril de 1963) — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PN.

N) Projeto de Emenda à Constituição nº 10/61

(APLICAÇÃO DAS COTAS DE IMPOSTOS DESTINADAS AOS MUNICÍPIOS).

Eleita em 28 de dezembro de 1962

Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1963, pelo Req. 783-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962;
— até 15 de dezembro de 1964, pelo Req. 1.142-63, aprovado em 10 de outubro de 1963.
Completada em 30 de março de 1962, 29 de outubro de 1962 e 23 de abril de 1963.

Membros (16) — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Guido Mondim (29 de outubro de 1962) — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Josaphat Marinho (23 de abril de 1963) — S. leg.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PTN.

O) Projeto de Emenda à Constituição nº 11/61

(CRIAÇÃO DE NOVOS MUNICÍPIOS)

Eleita em 28 de março de 1962.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1963, pelo Req. 794-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962;
— até 15 de dezembro de 1964, pelo Req. 1.143-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 29 de outubro de 1962, 23 de abril de 1963 e 23 de julho de 1963

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Guido Mondim (29 de outubro de 1962) — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Miguel Couto — PSP.
Cattete Pinheiro (23 de abril de 1963) — PTN.

P) Projeto de Emenda à Constituição nº 1/62

(OBRIGATORIEDADE DE CONCURSO PARA INVESTIDURA EM CARGO INICIAL DE CARREIRA E PROIBIÇÃO DE NOMEAÇÕES INTERINAS).

Eleita em 10 de maio de 1962.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1962, pelo Req. 785-62, aprovada em 12 de dezembro de 1962;
— até 15 de dezembro de 1963, pelo Req. 1.144-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 23 de abril de 1963.

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PS.
Menezes Pimentel — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.

João Agripino (23 de abril de 1963) — Vice-Presidente — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — PTB.

Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Aurélio Vianna (23 de abril de 1963) — Relator — PSB.

Q) Projeto de Emenda à Constituição nº 2/62

(INSTITUI NOVA DISCRIMINAÇÃO DE RENDAS EM FAVOR DOS MUNICÍPIOS).

Eleita em 23 de maio de 1962.

Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1963, pelo Requerimento 786-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962;
— até 15 de dezembro de 1964, pelo Requerimento 1.145-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.
Completada em 23 de abril de 1963.

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Leite Neto (23 de abril de 1963) — PSD.

Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira Vice-Presidente — UDN.

Menezes Pimentel — PSD.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — Relator — UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — Presidente — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PTN.
João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.

Daniel Krieger — UDN.

R) Projeto de Emenda à Constituição nº 3/62

(AUTORIZA O TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL A FIXAR DATA PARA A REALIZAÇÃO DO PLEBISCITO PREVISTO NA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 4 — ATO ADICIONAL).

Eleita em 10 de julho de 1962.

Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1963, pelo Requerimento 787-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962;
— até 15 de dezembro de 1964, pelo Requerimento 1.146, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 28 de abril de 1963.

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PS.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Menezes Pimentel — PSD.
Leite Neto (23 de abril de 1963) — PSD.

Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Mem de Sá — PL.

S) Projeto de Emenda à Constituição nº 5/62

(DISPÕE SOBRE A ENTREGA AOS MUNICÍPIOS DE 30% DA ABRECADIAÇÃO DOS ESTADOS QUANDO EXCEDER AS RENDAS MUNICIPAIS).

Eleita em 13 de setembro de 1962.

Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1963, pelo Requerimento nº 1.147-63, aprovado em 12 de dezembro de 1962;

— até 15 de dezembro de 1964, pelo Requerimento 1.147-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 23 de abril de 1963.

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.

Leite Neto (23 de abril de 1963) — PSD.
Menezes Pimentel — Presidente.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Josaphat Marinho — (23 de abril de 1963) — Vice-Presidente — UDN.

Daniel Krieger — UDN.
Vaga do Senhor Pinto Ferreira.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
(23 de abril de 1963) — PTB.

Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Mem de Sá — PL.
Miguel Couto (23 de abril de 1963) — PSP.

T) Projeto de Emenda à Constituição nº 6/62

(AUMENTA PARA QUATRO O NÚMERO DE REPRESENTANTES DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL NO SENADO).

Eleita em 12.9.62

Prorrogada:

— até 15.12.63, pelo Requerimento 790-62, aprovado em 12.12.62;
— até 15.12.64, pelo Requerimento 1.148-63, aprovado em 16.12.63.
Completada em 23.4.63.

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — Relator — PSD.
Wilson Gonçalves (23.4.63) — PSD.

Menezes Pimentel — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Josaphat Marinho — (23.4.63) — UDN.

Daniel Krieger — UDN.
Eurico Rezende — (23.4.63) — Vice-Presidente — UDN.
Vaga do Senador Pinto Ferreira (23.4.63) — Presidente — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Mem de Sá — PL.
Júlio Leite (23.4.63) — PR.

U) Projeto de Emenda à Constituição nº 7/62

(REVOGA A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 4 QUE INSTITUI O SISTEMA PARLAMENTAR DE GOVERNO E O ART. 61 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 18 DE SETEMBRO DE 1946).

Eleita em 8.12.62.

Prorrogada:

— até 15.12.63, pelo Requerimento 791-62, aprovado em 12.12.62;
— até 15.12.64, pelo Requerimento 1.149-63, aprovada em 10.12.63.

Membros — Partidos
 Jefferson de Aguiar — PSD
 Ruy Carneiro — PSD
 Pedro Ludovico — PSD
 Wilson Gonçalves (23-4-63) — PSD
 Benedito Valladares — PSD
 Milton Campos — UDN
 Heribaldo Vieira — UDN
 Eurico Rezende (23-4-63) — UDN
 Daniel Krieger — UDN
 João Agripino (23-4-63) — UDN
 Amaury Silva (23-4-63) — PTB
 Nogueira da Gama — PTB
 Barros Carvalho — PTB
 Mem de Sá — PL
 Raul Gluberti — PSP

V) Projeto de Emenda à Constituição nº 1/63

(TRABALHO DE MULHERES E MENORES E TRABALHO EM INDÚSTRIAS INSALUBRES).

Designada em 23.4.63
 Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento nº 1.150-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963

Membros — Partidos
 Jefferson de Aguiar — PSD
 Ruy Carneiro — PSD
 Lobão da Silveira — PSD
 Wilson Gonçalves — PSD
 Menezes Pimentel — PSD
 Leite Neto — PSD
 Amaury Silva — PTB
 Bezerra Neto — Vice-Presidente — PTB
 Vaga do Senador Pinto Ferreira — PTB

(AUTONOMIA DOS MUNICÍPIOS)
 Silvestre Péricles — PTB
 Argemiro de Figueiredo — PTB
 Eurico Rezende (23-4-63) — UDN
 Milton Campos — UDN
 Daniel Krieger — UDN
 Josaphat Marinho — Sem Legenda
 Aloysio de Carvalho — PL

W) Projeto de Emenda à Constituição nº 2/63

(DIREITO DE PROPRIEDADE)

Designada em 23.4.63
 Prorrogada:
 — até 15.12.64 pelo Requerimento nº 1.151-63, aprovado em 10.12.63.

Membros — Partidos
 Jefferson de Aguiar — PSD
 Ruy Carneiro — Presidente — PSD
 Lobão da Silveira — PSD
 Wilson Gonçalves — PSD
 Menezes Pimentel — PSD
 Heribaldo Vieira — Vice-Presidente — PSD
 Amaury Silva — PTB
 Bezerra Neto — PTB
 Vaga do Senador Pinto Ferreira — PTB
 Silvestre Péricles — PTB
 Arthur Virgílio — PTB
 Eurico Rezende (23-4-63) — UDN
 Milton Campos — Relator — UDN
 João Agripino — UDN
 Josaphat Marinho — Sem Legenda
 Aloysio de Carvalho — PL

X) Projeto de Emenda à Constituição nº 3/63

(DISPÕE SOBRE A ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL E MATÉRIA DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO SENADO).

Designada em 2.5.63
 Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento nº 1.152-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros — Partidos
 Jefferson de Aguiar — PSD
 Ruy Carneiro — PSD
 Lobão da Silveira — PSD
 Wilson Gonçalves — PSD
 Menezes Pimentel — PSD

Leite Neto — PSD
 Amaury Silva — PTB
 Bezerra Neto — PTB
 Vaga do Senador Pinto Ferreira — PTB
 Vaga do Senador Eduardo Catalão — PTB
 Vice-Presidente — PTB
 Vaga do Senador Eduardo Assis
 Eurico Rezende — Presidente — PTB
 Milton Campos — UDN
 Daniel Krieger — UDN
 Aloysio de Carvalho — PL
 Josaphat Marinho — Relator — Em Legenda

Y) Projeto de Emenda à Constituição nº 4/63

(CONCEDE IMUNIDADES AOS VEREADORES)

Designada em 20.5.63
 Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento nº 1.153-63, aprovado em 10.12.63.

Membros — Partidos
 Jefferson de Aguiar — PSD
 Ruy Carneiro — PSD
 Lobão da Silveira — PSD
 Wilson Gonçalves — PSD
 Menezes Pimentel — PSD
 Leite Neto — PSD
 Amaury Silva — PTB
 Bezerra Neto — PTB
 Vaga do Senador Pinto Ferreira — PTB
 Silvestre Péricles — PTB
 Adalberto Sena — PTB
 Eurico Rezende (23-4-63) — UDN
 Milton Campos — UDN
 Aloysio de Carvalho — PL
 Josaphat Marinho — Sem Legenda
 João Agripino — UDN

Z) Projeto de Emenda à Constituição nº 5/63

(DISPÕE SOBRE O IMPOSTO DE VENDAS E CONSIGNAÇÕES)

Designada em 31.5.63
 Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento nº 1.154-63, aprovado em 10.12.63.

Membros — Partidos
 Jefferson de Aguiar — PSD
 Ruy Carneiro — PSD
 Lobão da Silveira — PSD
 Wilson Gonçalves — PSD
 Menezes Pimentel — PSD
 Leite Neto — PSD
 Amaury Silva — PTB
 Bezerra Neto — PTB
 Vaga do Senador Humberto Neder — PTB
 Argemiro de Figueiredo — PTB
 Eurico Rezende — UDN
 Milton Campos — UDN
 Daniel Krieger — UDN
 Aloysio de Carvalho — PL
 Josaphat Marinho — Sem Legenda

Z-1) Projeto de Emenda à Constituição nº 6/63

(INELEGIBILIDADE)

Designada em 2.10.63
 Prorrogado até 15.12.64 pelo Requerimento nº 1.156-63, aprovado em 10.12.63.

Membros — Partidos
 Jefferson de Aguiar — PSD
 Ruy Carneiro — PSD
 Wilson Gonçalves — PSD
 José Feliciano — PSD
 Walfrido Gurgel — PSD
 Argemiro de Figueiredo — PTB
 Bezerra Neto — PTB
 Silvestre Péricles — PTB
 Edmundo Levi — PTB
 Eurico Rezende — UDN
 Milton Campos — UDN
 Aloysio de Carvalho — UDN

Afonso Arinos — UDN
 Josaphat Marinho — Sem Legenda
 Raul Gluberti — PSP
 José Leite — PR

Z-2) Projeto de Emenda à Constituição nº 7/63

(TRANSFERÊNCIA PARA A RESERVA DO MILITAR DA ATIVA QUE SE CANDIDATAR A CARGO ELETIVO).

Designada em 2.10.63
 Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento nº 1.156-63, aprovado em 10.12.63.

Membros — Partidos
 Jefferson de Aguiar — PSD
 Ruy Carneiro — PSD
 Wilson Gonçalves — PSD
 José Feliciano — PSD
 Walfrido Gurgel — PSD
 Argemiro de Figueiredo — PTB
 Bezerra Neto — PTB
 Silvestre Péricles — PTB
 Edmundo Levi — PTB
 Eurico Rezende — UDN
 Milton Campos — UDN
 Aloysio de Carvalho — PL
 Afonso Arinos — UDN
 Josaphat Marinho — Sem Legenda
 Júlio Leite — PR

Z-3) Projeto de Emenda à Constituição nº 8/63

Designada em 22.10.63
 Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento nº 1.157-63, aprovado em 10.12.63.

Membros — Partidos
 Jefferson de Aguiar — PSD
 Ruy Carneiro — PSD
 José Feliciano — PSD
 Wilson Gonçalves — PSD
 Bezerra Neto — PTB
 Edmundo Levi — PTB
 Argemiro de Figueiredo — PTB
 Melo Braga — PTB
 Eurico Rezende (23-4-63) — UDN
 Aloysio de Carvalho — UDN
 Afonso Arinos — UDN
 Josaphat Marinho — Relator — Sem Legenda
 Aurélio Vianna — PTB
 Júlio Leite — PR

Z-4) Projeto de Emenda à Constituição nº 1/64

(Eleição automática do Vice-Presidente com o Presidente da República).

Designada em 26.2.1964

Jefferson de Aguiar (PSD)
 Ruy Carneiro (PSD)
 Lobão da Silveira (PSD)
 Wilson Gonçalves (PSD)
 José Feliciano (PSD)
 Bezerra Neto (PTB)
 Arthur Virgílio (PTB)
 Antônio Jucá (PTB)
 Oscar Passos (PTB)
 Antônio Carlos (UDN)
 Aloysio de Carvalho (PL)
 Eurico Rezende (UDN)
 Milton Campos (UDN)
 Josaphat Marinho (BPD)
 Júlio Leite (BPD)
 Aurélio Vianna (BPD)

Z-5) Projeto de Emenda à Constituição nº 2/64

(Da nova redação à alínea a, do art. 101 e ao item IX do art. 124 da Constituição Federal a fim de estabelecer que sejam processados e julgados nos crimes comuns:
 — os membros do Congresso Nacional, pelo Supremo Tribunal Federal;
 — os membros das Assembleias Legislativas, pelos Tribunais de Justiça).

Designada em 25.5.1964
 Jefferson de Aguiar (PSD)
 Antônio Balbino (PSD)
 Wilson Gonçalves (PSD)
 Ruy Carneiro (PSD)
 Menezes Pimentel (PSD)
 Edmundo Levi (PTB)
 Bezerra Neto (PTB)
 Arthur Virgílio (PTB)
 Oscar Passos (PTB)
 Afonso Arinos (UDN)
 Milton Campos (UDN)
 Eurico Rezende (UDN)
 Aloysio de Carvalho (PL)
 Josaphat Marinho (BPD)
 Aurélio Vianna (BPD)
 Aarão Steinbruch (BPD)

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

CRIADAS DE ACORDO COM O ART. 53 DA CONSTITUIÇÃO E O ART. 149, ALÍNEA A DO REGULAMENTO INTERNO.

1ª) Para apurar a aquisição, pelo Governo Federal, dos acervos de concessionárias de serviços públicos e a importação de chapas de aço para a Cia Siderúrgica Nacional.

Criada pela Resolução número 11, de 1963, assinada pelo Senhor Nelson Maculan e mais 28 Senhores Senadores (apresentada em 30 de maio de 1963).

Designada em 31 de maio de 1963
 — Prazo — 120 dias, até 28 de setembro de 1963.

Prorrogada:
 — Por mais 120 dias, em virtude da aprovação do Requerimento número 656-63 do Senhor Senador João Agripino, na sessão de 18 de setembro de 1963 (21 horas).
 — Por mais um ano, em virtude da aprovação do Requerimento número 1.173-63 do Senhor Senador Leite Neto, na sessão de 12 de dezembro de 1963.

Membros — Partidos
 Jefferson de Aguiar — PSD
 Leite Neto (Presidente) — PSD
 Nelson Maculan — PTB
 João Agripino (Relator) — UDN
 Josaphat Marinho — Sem Legenda

2ª) Para apurar fatos apontados da tribuna do Senado e outros, relacionados com irregularidades graves e corrupção no Departamento de Correios e Telégrafos.

Criada pela Resolução número 32 de 1963, assinada, pelo Senhor Jefferson de Aguiar e mais 33 Senhores Senadores (apresentada na sessão de 30 de outubro de 1963).
 Prazo — até o fim da sessão legislativa de 1963.

Prorrogada por 90 dias (até 15 de março de 1964) em virtude do Requerimento número 1.163-63 do Senhor Senador Wilson Gonçalves aprovado na sessão de 10 de dezembro de 1963 (21.30).

Designação em 6 de dezembro de 1963

Membros (11) — Partidos
 Jefferson de Aguiar — PSD
 Leite Neto — PSD
 Aurélio Fontana — PSD
 Wilson Gonçalves — Presidente — PSD

Artur Virgílio — PTB
 Bezerra Neto 8.11.63 — Vice-Presidente — PTB
 Melo Braga — PTB
 João Agripino — UDN
 Daniel Krieger — UDN
 Eurico Rezende (23-4-63) — UDN
 Aurélio Vianna — PSB
 Secretário Auxiliar Legislativo, FL-9, J. Ney Passos Dantas